

UMA SINOPSE HISTÓRICA DA AMAZÔNIA

(UMA VISÃO POLÍTICA)

Este trabalho foi escrito em 1991, e foi publicado, em excertos, pelo Prof. Osvaldo Luís Angel Coggiola, nos cadernos do Centro de Estudos do Terceiro Mundo, da FFLCH, da USP. Se desprende disso que as considerações de ordem conjuntural contidas nêlo são as da data da sua elaboração, muitas delas já defasadas da conjuntura dos dias de hoje, 16 anos depois. No entanto, eu opto por deixá-las assim, pois isso mantém a autenticidade original do trabalho. Revendo-o agora, para ser publicado, eu fiz sobre êle algumas alterações exclusivamente de forma – pequenas, porém – destinadas a apenas tornar o texto mais preciso quanto à redação, no que se conta a retirada de uma parcela da parte inicial. Também, tendo êle sido escrito quase que exclusivamente de memória e em menos de dez dias, deixo de incluir aqui, por extensa, a bibliografia na qual estão as informações que, de um ou outro modo, constam dêle, mas que eu as tinha registradas na memória. Quero, porém, deixar firmado que há obras que, por eu ter-me detido sobre tópicos que subentendem parcelas extensas do conteúdo delas, cabe-me mencioná-las, como é o caso de *A Amazônia do Período Colonial (1616-1798)*, de José Ribamar Bessa Freire et al, da Universidade do Amazonas, bem como *Síntese da História do Pará*, e *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, de Arthur Cezar Ferreira Reis. No mais, embora importantes os seus autores, aqui não citados, é extensa essa lista, porquanto profusos são os aspectos da História da nossa terra, trágica e amarga, embora fascinante, envolvente e sedutora.

Aluizio Lins Leal

A história da Amazônia pode ser dividida em quatro grandes períodos, com suas respectivas subdivisões: 1) o que poderíamos chamar de *período exploratório*, que compreende o século XVI, e no qual já se tem uma clara amostra do que iria advir nos séculos seguintes; 2) o verdadeiro período colonial português, que, grosso modo, pode ser compreendido entre o ano da fundação de Belém (1616) e o início do Império (1822); 3) o período de vinculação às economias capitalistas hegemônicas, do século XIX em diante (cujo início coincide com a vinculação subordinada do Brasil à Inglaterra, por força da existência de uma independência política formal mas uma subordinação econômica *de facto*); e 4) a fase da atualidade recente, onde essa vinculação é redefinida em função da redefinição da Divisão Internacional do Trabalho após a Segunda Guerra Mundial, que se materializa a partir do surgimento do golpe militar, e se consolida com a vigência da ditadura. Todos êsses períodos refletem a atitude que a colonização sempre guardou em relação à Amazônia, entendendo-a, desde o primeiro momento, como mero espaço de saque.

1 O SÉCULO XVI: O PERÍODO EXPLORATÓRIO

O período exploratório incorpora um intervalo de tempo em que a Amazônia ainda permaneceu – aparentemente – infensa a esta intenção. Ainda no século XV – mais precisamente em 1499 – Pinzón toca a foz do Amazonas. Permaneceu por pouco tempo ali, logo abandonando o local – ao que tudo indica, chocado pelo efeito de uma poderosa pororoca; porém logo cuidou de apresar consigo trinta e seis índios, que levou para vender como escravos na Europa, o que inaugura, no primeiro contacto com a Região, o primeiro saque sobre ela. Daí por diante e durante mais de um século, a Amazônia ou seria alvo de expedições que foram derrotadas pelo rio e pela floresta, ou, simplesmente, foi deixada em segundo plano pelos objetivos portugueses e espanhóis de consolidar domínio sobre os extensos territórios dos continentes em que assentavam império. Mesmo assim, diversas foram as expedições que tentaram penetrá-la: Diego de Lepe em 1500, Diego de Ordaz em 1531, dez diferentes expedições entre 1535 e 1542 e – então – a expedição de Orellana, que acabou por ser o primeiro a constatar a sua extraordinária riqueza, e não menos o primeiro a executar, como colonizador, contra os nativos que encontrava no caminho da expedição, o assalto e o saque, no melhor estilo ibérico. Menos de vinte anos depois, o terrível trajeto de Ursua e Aguirre, violento e sanguinário, marcaria a última grande tentativa de reconhecimento da Amazônia com vistas à sua ocupação imediata.

O PERÍODO COLONIAL PORTUGUÊS

O COMÊÇO: A LUTA CONTRA A PERDA DO TESOURO

O segundo período, na verdade, começa ainda durante o primeiro: é no século XVI que ingleses e holandeses, já então emergindo como avançadas potências mercantis em relação ao mercantilismo medieval dos ibéricos, começam a convergir sobre a Amazônia procurando assentar-se nela: entre 1594 e 1595, Sir Robert Dudley e Walter Raleigh visitam o Orenoco, em 1595 o capitão Lawrence Keymis, inglês, navega na costa do Amapá. Em 1599 os holandeses se estabelecem no Xingu, com as feitorias de Orange e Nassau. Essas atividades alertaram os portugueses, fazendo-os correr e fundar Belém, em 1616. As avançadas concepções mercantis de ingleses e holandeses eram uma ameaça ao caráter atrasado da colonização ibérica; o extraordinário peso morto representado pelo parasitismo da nobreza e do clero, cujo consumo suntuário exigia um saque violento sobre os territórios coloniais para a obtenção de meios de consumo, fazia da Amazônia uma verdadeira vaca de tetas de ouro, cuja perda seria inaceitável. Assim, os portugueses correram a fundar Belém como estratégia de assentamento de uma base de operações para a expulsão dos concorrentes. Os holandeses, principalmente, já dominando o território entre o Oyapoc e o Paru, haviam estabelecido desenvolvidas relações mercantis com os índios. Aliás, haviam ido mais adiante: além das feitorias do Xingu, em 1616 Pedro Adrianssen, com 40 colonos e famílias, não só visitou o Tapajós como fundou uma colônia entre o Gurupatuba (sítio da atual Monte Alegre) e o Genipapo (Paru), estabelecendo relações com os Supana, índios locais. A produção gerada por essa empreitada alimentou um comércio regular com o porto holandês de Fleissingue.

Essa retomada territorial já foi acompanhada de um brutal etnocídio sobre o nativo; os portugueses traziam com eles dois aspectos típicos do estilo colonial que iriam passar a reproduzir aqui: o aliciamento dos índios (que vinham trazendo do Nordeste junto com o extermínio das tribus que lhes resistiam ao assalto), e a blandícia feroz da catequese. Os padres, que sempre acompanhavam todas as ações militares dos ibéricos como tropa de persuasão e amansamento do gentio, procuravam imediatamente explorar as diferenças tribais, transformando-as em ódio, e promoviam a divisão fratricida entre os filhos (e donos) da terra, para poder submetê-los. Assim, os índios que, avessos à crueldade dos portugueses, se aliaram aos holandeses, que – até então – ainda os tratavam com dignidade, foram impiedosamente exterminados nesse confronto. Para isso os padres formavam um batalhão fundamental: eram eficientes fomentadores da intriga entre os nativos em nome da fé, e, quando necessário (o que quase sempre acontecia) atuavam como os comandantes militares que também, em verdade, eram. Na expedição contra o forte de Mariocai, em 1623, os portugueses levaram “os melhores elementos, recrutados entre a gente da selva já orientada para entendimento cordial com os lusitanos graças à ação dos Franciscanos da Província de Santo Antônio”. Deste modo, até 1632 estavam definitivamente liquidados os assentamentos existentes: Tucujús, Mundiutuba, Cajary, Torreço, Fort North, Cumaú, foram todos arrasados, e nas empreitadas em que isso se fez necessário, “os próprios Franciscanos comandaram destacamentos de nativos, recrutados nos aldeamentos que os padres organizavam, trazendo uma colaboração que mereceu louvores régios.” A Igreja, aliada-irmã das monarquias ibéricas, no interesse de manter o seu poder medieval em declínio com a ascensão do Capitalismo, e que, por isso mesmo, apoiou incondicionalmente o modelo colonial de portugueses e espanhóis, foi, na Amazônia, agente exemplar daquela forma hipócrita e mansa da violência colonizadora – a catequese – que contribuiu decisivamente ao extermínio do nativo.

A IMPLANTAÇÃO DO GENOCIDA MODÉLO PRODUTIVO PORTUGUÊS

O português procedeu a substituição do estilo colonial do batavo – que implicava uma concepção mais avançada de exploração da Natureza e do Trabalho – pelo seu, atrasado e muito mais predador. A plantagem coloni-

al, que os holandeses já haviam inaugurado, foi substituída pelo extrativismo. Como na Amazônia não foi encontrado ouro ou prata – ou mesmo qualquer evidência disso – a expectativa medieval dos portugueses em relação a essa concepção de riqueza fê-los recair na exploração dos recursos da natureza amazônica de modo bem mais rudimentar, iniciando, desde aí, a sina extrativista da Região. O caráter atrasado do desenvolvimento das forças de produção entre os ibéricos, para aquele momento de avanço científico e tecnológico da Europa, devido sobretudo à presença e ação da Igreja na sua formação histórica e na mentalidade social, acabou por se refletir na imposição, na Amazônia, de uma estratégia produtiva extrativista, com a coleta das drogas do sertão. Para isso, os colonos portugueses reproduziam aqui o parasitismo característico da sua formação social, constituindo-se em uma classe preguiçosa, apoiada sobre a exploração desumana do trabalho do índio. Dada, porém, a enorme fertilidade natural e farta extensão de território, o exercício dessa exploração era prejudicado pela recusa do nativo em submeter-se a ela. A saída, pois, era tentar escravizá-lo, ao que, ainda mais uma vez, êle, elemento livre, resistia. Assim, portanto, o resultado acabou por ser a sua eliminação violenta pela ação militar da captura, ao lado da sua morte cultural pelo amansamento insidioso da catequese. Portanto, a introdução do estilo colonial português associou necessariamente o extrativismo e o extermínio genocida do índio, onde, mais uma vez, a ação missionária foi de uma eficiência ímpar. A história da Amazônia nesse período representa o próprio marco histórico inicial do genocídio sistemático do nativo.

O sistema de organização do trabalho indígena, instituído por lei em 1611 (o chamado Sistema dos Capitães de Aldeia), não só criou a escravidão legal dos índios como entregou aos colonos o controle do seu processo de captura, o que abriu caminho para a livre ação de colonos e padres no sentido de usar de todas as formas o nativo, na Amazônia – e exterminá-lo em consequência disso. Os métodos de obtenção do índio – descimentos, resgates e guerras justas – resultavam numa dura ação de extermínio que se culminava no regime de trabalho que lhe foi imposto, o que culminou, dentro de um curto período, na destruição dele e da sua cultura, e no devassamento da Natureza, na Amazônia, pela sanha colonial dos portugueses.

No mister do amansamento funcionavam eficientemente os padres, persuadindo, pela enganosa brandura da fala, a que tribus inteiras “descessem” das suas aldeias de origem para os aldeamentos das missões que se situavam próximas dos núcleos coloniais. Aí eles eram “estocados” em *aldeias de repartição*, para serem repartidos – distribuídos e alugados – entre colonos, missionários e o serviço real da Corôa, em troca de um “salário”. Um colono, “Capitão de Aldeia”, controlava a distribuição. Na medida em que se sabe que êsses colonos eram, na sua origem e em grande maioria, ou pequenos camponeses sem terra em Portugal, ou filhos de portugueses do nordeste do Brasil, ou soldados, marinheiros, corsários, mercadores, administradores de enclaves lusos, e, sobretudo, degredados por crimes, a nata dessa massa de colonos era a dos piores espécimens encontrados em uma sociedade, já *per se*, atrasada por formação histórica. Assim, a natureza de juiz criminal e civil, que era prerrogativa do Capitão de Aldeia, agravava ainda mais o caráter naturalmente discricionário dessa lei como instrumento colonial, e contribuía para que o sistema nela contido funcionasse da maneira mais dura contra o nativo, mesmo o apresado pelo método mais “manso” dos *descimentos*. Os Capitães de Aldeia exploravam o trabalho dos índios em seu próprio proveito em todos os fins e sentidos – da coleta das drogas aos trabalhos de construção – e os “salários” dos indígenas, cujo pagamento lhes competia “fiscalizar” “para que não fôsem explorados”, eram uma hipócrita e amarga ficção real – como, aliás, de resto o era a própria ficção legal que se propunha a “defender” o indígena dos “excessos” que ela mesma criava, como instrumento colonial. Desmontando a pretendida “humanidade” dessa fictícia cautela, estimativas seguras dão conta de que o salário mensal de um índio (que viveu num período de cem anos), convertido à comparação com os artigos comerciados à época, não era suficiente para comprar uma faca, nem mesmo um anzol. Dêste modo, o índio “descido” era um escravo disfarçado compulsoriamente em “trabalhador”.

Os outros dois casos – resgates e guerras justas – configuravam os métodos de produção do índio para a escravidão com as formas mais violentas dessa hipocrisia. Os resgates eram ações em que os seus próprios comandantes já lhe espelhavam a natureza: o cabo de resgate era função a ser ocupada por um criminoso, e o pa-

dre que, necessariamente, acompanhava a tropa, era, especificamente, como *missionário*, um caçador de índios. Nos resgates, os portugueses trocavam com as tribos com as quais houvessem estimulado e desenvolvido essa prática, produtos europeus (principalmente ferramentas e quinquilharias) por prisioneiros de guerra destinados a serem comidos, e que, por esse motivo, passavam a ser considerados *índios da corda*, e, pois, legalmente passíveis de resgate. Pela lei de 1611, os índios resgatados nessa condição poderiam ser escravizados por 10 anos, “em retribuição ao seu salvador que o livrou da morte”. Mas quando foi atingida a primeira década da ocupação portuguesa da Amazônia (1626), quando, então, os primeiros índios de resgate deveriam ser libertos, não havendo outro jeito, o poder colonial, tendo que assumi-la abertamente como a lei desumana que era, ao arrepio da aparência hipócrita que a mascarava, declarou os índios de resgate escravos por toda a vida. Já as Guerras Justas eram ações de tropas de guerra, em invasão armada dos territórios indígenas, para a captura quer de homens, quer de mulheres e crianças. As guerras justas eram justificadas como merecidas pelos índios pela sua resistência contra a ação assassina dos portugueses, ou “contra a difusão do santo evangelho”.

Além disso, a extinção massiva do indígena aconteceu, também, não só pelos métodos cruéis da captura – as estimativas apontam uma relação da ordem de várias centenas de índios mortos para cada índio escravizado – mas, também, porque o parasitismo do colono português impôs condições de vida tão duras ao índio escravo que, devido a elas, em pouco tempo ele encontrava a morte, pois além de ser obrigado a tarefas desumanamente pesadas e em regime de trabalho rigoroso e excessivo ele também, pelos critérios produtivos a que o submetiam, era impedido até mesmo de se dedicar individualmente à produção da sua subsistência, o que aniquilava a sua reprodução como etnia e massa social; por exemplo, a concentração da força de trabalho nativa na produção de gêneros para exportação, medida tomada no estreito interesse do consumo metropolitano, fez com que a falta de mãos para a produção indígena de mandioca, milho e outras culturas nativas de subsistência – que não interessavam a Portugal – causasse um violento decréscimo desses meios de subsistência nativos, resultando na morte pela fome de uma enorme quantidade de índios, em uma terra que havia sido sempre louvada pelos seus primeiros cronistas pela abundância que nela havia. Além do que, sempre que os índios se recusavam a descer para as aldeias de repartição, não tinham outra saída a não ser resistir de armas na mão ao resgate e à *guerra justa* – nos quais eram exterminados – assim como quando se recusavam a trocar prisioneiros com os portugueses; os resgates, então, deixavam de ser resgates, e passavam a ser uma operação de guerra, como aconteceu com os Tupaiús e Omáguas. Para aquela lógica colonial era crime do índio resistir às tentativas de destruição perpetradas contra ele ou contra a sua cultura.

Assim, se criou um cinturão de ferro contra a liberdade e a vida do nativo, em que todas as saídas foram fechadas contra ele por lei, decretando, na prática e em definitivo, que ele ou se submetia à escravização, ou seria apagado como raça. A hipócrita e apregoada “humanidade” de alguns religiosos (no caso os jesuítas) contra os desmandos dos colonos, os quais condenavam, não passa de uma muito bem montada reelaboração ideológica do fato verdadeiro: os religiosos – que eram funcionários do governo português – cobiçavam o controle do sistema de trabalho controlado pelos Capitães de Aldeia, e então usaram, como estratégia, uma sistemática e implacável campanha de denúncia dos ferozes abusos que eles cometiam contra os índios, para poder obter esse controle. Colonos civís e religiosos entraram em um verdadeiro estado de guerra interna, na disputa que se instalou pelo monopólio dessa cobiçada fonte de riqueza que era o trabalho escravo do índio.

Isto fica bem claro na proposta feita pelo Padre Antônio Vieira – justamente aquele que é festejado como o maior lutador da causa contra a escravização dos índios – de que o índio fosse substituído pelo negro como força de trabalho escrava dos colonos – uma contradição que deixa bem claro que o Padre Vieira não combatia a escravidão em si – afinal de contas ele sabia muito bem o que estava propondo – mas sim outra coisa que não era bem ela, e que o seu discurso escondia. Essa “humanidade”, que se compadecia do índio escravizado, mas que entendia o negro como um mero animal, sobre o qual se pudesse transferir o exercício imoral da escravidão, mostra uma coisa só: que negros e índios, para esse parasita que era o colonizador, eram apenas objetos, cuja forma de exploração dependia apenas da conveniência do resultado que se pudesse obter dela – o que

exibia, da parte dos que propunham isso, uma rara competência em argumentar usando, ao mesmo tempo, hipocrisia e cinismo.

Assim, essa era uma realidade em que o índio foi tratado sob todas as formas de brutalidade, e usado como objeto de disputa de interesses associados ao caráter intrinsecamente desigual da colonização. Apresentar, portanto, a ação missionária como uma alternativa “humana” à colonização civil nada mais é do que tentar torcer ideologicamente a compreensão dessa realidade. A ação missionária era um estágio e complemento próprio do processo militar de usurpação e ocupação do território nativo, e se desdobrou, ao longo disso, em uma disputa entre colonos religiosos e civís por trás da qual estava uma coisa só – o uso do índio como força de trabalho e mercadoria – o que justificava, em nome disso, a sua escravização e o seu extermínio.

Conjugaram-se, assim, a exploração dos recursos naturais da Amazônia – o índio entre eles – e a desaparecimento do seu elemento nativo. O minguinto das tribus estuarinas – Tupinambás, Aruans – e das tribus do Baixo-Amazonas, levou os portugueses a penetrarem o Rio em busca de novos territórios abundantes em indígenas que pudessem ser escravizados. Foi por êsse motivo – e não por outro – que foi *vergada a vertical das Tordesilhas*. Aí, então, a penetração dos rios foi revelando outros recursos abundantes e valiosos que, naturalmente, espicaçavam a cobiça do colonizador, como é o caso do cacau, encontrado no Madeira. Imediatamente, exploradores começaram a subir êsses rios fartos de recursos, decididos a retirá-los de lá, ignorando a existência de tribus para as quais essas áreas significavam espaço imemorial de domínio, passando a se repetir, portanto, o mesmo processo trágico que marcou a colonização desde o seu primeiro momento.

A resistência dos índios à invasão impune dos seus territórios e à arrogância assassina do invasor era respondida com a pronta ação de um aparelho institucional de repressão muito bem articulado, no qual tinham poder de decisão e mando os funcionários do Estado português e a Igreja, através dos representantes das diversas ordens em ação na Amazônia: Franciscanos de Santo Antônio, Carmelitas, Capuchos da Piedade, Mercedários, Jesuítas, Frades da Conceição da Beira e Minho. Os famosos Autos de Devassa eram de uma eficiência a toda prova, e não poucas vezes refletiam, no corpo dos processos, os interesses e as alianças entre as ordens religiosas decididas a controlar áreas ricas em riquezas naturais existentes em territórios nativos, e os exploradores que para elas se dirigiam para abrir o caminho e justificar as ações de guerra contra os índios. *Os Autos Da Devassa Contra Os Índios Mura Do Rio Madeira E As Nações Indígenas Do Rio Tocantins*, publicado pela Universidade do Amazonas, é um valioso documento, que mostra as táticas legais postas em ação contra os silvícolas, ao arripio do conhecimento que sequer tinham sobre o que estava sendo tramado contra eles. Assim, as tribus aguerridas – como os Mura, que se tornaram um símbolo de resistência heróica do amazônida contra a agressão ao seu solo – foram impiedosamente exterminadas no curso dêste processo, sendo que os líderes nativos – como é o caso de Ajuricaba, da tribo Manáo – eram mortos, e seus filhos e parentes vendidos como escravos.

O genocídio era tamanho, que até mesmo os padres chegavam a condoer-se daqueles índios inteiramente à mercê da sanha do colonizador. O cônego Manoel Teixeira, irmão de Pedro Teixeira e vigário de Belém, escreveu, do seu leito de morte, declaração juramentada, em 5 de janeiro de 1654, reconhecendo que “no espaço de 32 anos que há, que se começou a conquistar êste Estado, são extintos a trabalho e a ferro, segundo a conta dos que o ouvirão, mais de 2.000.000 (dous milhões) de índios de mais de quatrocentas aldeias, ou para melhor dizer, cidades muito populosas.”. Conquanto exagerada possa parecer uma tal afirmação, ela mostra quão brutalmente, na Amazônia colonial portuguesa, o dono da terra foi condenado ao extermínio. Um crime histórico monstruoso, para o qual se uniram, em decisão e poder, Portugal e a Igreja.

Durante o período que corresponde ao século XVII e parte do século XVIII, a produção gerada por êsse sistema foi básicamente composta pelos produtos naturais da Região – cacau, salsaparrilha, canela do mato, urucú, azeite de copaíba, etc., – e de produtos agrícolas gerados à custa da imposição do trabalho escravo ao índio: algodão, tabaco, açúcar, café. Contudo, o estilo atrasado e devastador da exploração dos colonos levou a que al-

gumas espécies – como o cravo nativo e o cacau, por exemplo – passassem a se tornar passíveis de desaparecimento ou, pelo menos, minguasse a sua produção devido ao caráter desordenado e irresponsável da exploração executada por eles. A corôa portuguesa, já prevenida pela devastação e extinção que havia sofrido o pau-brasil, que fôra alvo do mesmo estilo de ataque, resolveu tomar medidas que pudessem preservar a utilíssima força de trabalho que era o índio, de sofrer o mesmo destino. Assim, aos fins do século XVII, a corôa redefiniu, através de institutos legais, as relações institucionais com respeito ao uso da força de trabalho indígena, contidas no **Regimento das Missões do Maranhão e Pará**, colocando o controle sobre os índios nas mãos dos padres, principalmente os jesuítas. A organização produtiva das fazendas e propriedades religiosas, fundada sobre uma disciplina férrea, garantia um ritmo produtivo voltado à exportação – assentado sobre métodos parafeudais de exploração da força de trabalho – com uma eficiência incapaz de ser alcançada pelo colono comum. Deste modo e portanto, a implacável campanha movida pelos padres contra o colono civil acabou por surtir o efeito desejado, e a Igreja, sobretudo através dos Jesuítas, acabou por obter, *de facto*, o controle do sistema de trabalho apoiado sobre a escravização do índio.

No entanto, essa mudança não só não se desligava da viciosa estrutura feudalizada de produção e consumo dos portugueses, como, mesmo se conseguisse fazê-lo, não mais conseguiria eliminar a enorme diferença que já se estabelecera, como resultado histórico, entre as sociedades praticantes das (à época) desenvolvidas relações de produção capitalistas e as sociedades ibéricas, que espelhavam o seu atraso pela imposição de métodos arcaicos de obtenção de sobretabalho e excedente. Essa situação foi decisiva para a gestação das estratégias políticas para as colônias portuguesas – e, pois, para a Amazônia – a partir da segunda metade do século XVIII.

O PROJETO DO MARQUÊS DE POMBAL

O Marquês de Pombal – Sebastião José de Carvalho e Melo – assume o poder em Portugal, em 1750, com a consciência de quem, tendo sido diplomata na Inglaterra dos meados do século XVIII, havia presenciado o desenvolvimento histórico da sociedade capitalista, o seu avanço no rumo da industrialização, e a insuperável dianteira que as sociedades desenvolvidas haviam ganho em relação às práticas conservadoras, atadas a relações de produção muito mais próprias do feudalismo, como era o caso de Portugal e Espanha. Como consequência, as nações avançadas haviam progredido no rumo da Acumulação, ao contrário das sociedades ibéricas, para as quais a manutenção do consumo perdulário da nobreza e do clero era o atestado da incapacidade de superação dos privilégios de um parasitismo doentio. A quantidade de riqueza sob a forma de Capital acumulada por nações como a Inglaterra lhes assegurava não só a manutenção dessa dianteira, como a garantia da sua ampliação. Portanto, Pombal, que pretendia resgatar – ao menos relativamente – a inferioridade portuguesa em relação a ingleses e franceses, se o quisesse fazer teria que agir sobre a própria estrutura do sistema colonial português, que operava em função dos privilégios dessa camada parasita.

Para fazer isso, Pombal (então ainda apenas **Conde de Oeiras**) teve o cuidado de colocar nos postos estratégicos da administração colonial parentes ou gente de irrestrita confiança. No descortínio que a sua experiência lhe permitia, e sabendo da enorme importância da Amazônia para o império colonial português, ensaiou sobre ela todo um programa de modernização que deveria assegurar a possibilidade de um desenvolvimento metropolitano português assentado sobre uma poderosa estrutura produtiva colonial. Isso, é claro, exigia, do lado da metrópole, manter de modo eficiente o seu sistema colonial. Assim, como parte dessa modernização, promoveu a divisão política da Amazônia, criando a capitania de S. José do Rio Negro, cujo governo entregou ao seu sobrinho, Joaquim de Melo e Póvoas, colocando no governo do Pará seu meio-irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Criou a Companhia do Grão Pará e Maranhão – companhia comercial em regime de monopólio – e atacou os privilégios dos jesuítas, que detinham poder sobre uma significativa parcela da estrutura produtiva regional, expropriando-os e redistribuindo as suas propriedades. Isto é, reproduzindo medidas que as sociedades avançadas, como ingleses e holandeses, haviam tomado duzentos anos antes (caso da companhia de mono-

pólio),Pombal tentou renegar o caráter profundamente atrasado da estrutura produtiva e social desenvolvida pelos portugueses nas colônias,e isso se refletia nessa tentativa de modernização produtiva da Amazônia.

Essa modernização,portanto,incorporava,para a Região,o ônus a que ela,como colônia,teria que atender em proveito da metrópole.Por isso,o caráter liberticida da ação colonial se refletia nas medidas que a sua administração tomou em relação à organização do sistema de trabalho,quando se referia aos índios:para poder convertê-los em uma eficiente massa de estoque de força de trabalho,era mister integrá-los aos padrões culturais europeus – porém em caráter inferior e subordinado – o que significava descaracterizá-los culturalmente.Segundo as linhas básicas do *Directorio* que passou a regular as relações entre o império português e os indígenas se proibiu o uso do Nheengatu como idioma nativo,obrigou-se o uso do português nas escolas,ao uso de nomes portugueses aos índios,e estimulou-se o casamento entre brancos e índias,institucionalizando,aí,a figura histórica do *cunhãmena*.Medidas que pareciam reconhecê-los de modo digno,na verdade introduziam mudanças que os redefiniam como exército de produção de excedente sob condições mais avançadas de imposição de sobretabalho.Uma das consequências dessas medidas é o nítido aumento da intervenção sobre o meio-ambiente na Amazônia da época,resultado dessa tentativa de intensificar a taxa de contribuição regional ao poderio econômico da metrópole.Entre outras,a intensificação da exploração dos chamados *pesqueiros reais* – isto é,o aproveitamento de sítios de abundante produção pesqueira para suprir produtos ao comércio colonial – desenhou mais um entre os graves processos de degradação dos estoques naturais da Região,os quais,aliás,já vinham sendo comprometidos pela ação colonial desde o seu começo,atingindo a fauna aquática – principalmente pirarucus,peixes-bois e tartarugas – e crescendo sensivelmente a descapitalização ecológica da Amazônia naquele período.

Porém,aos olhos da nobreza e do clero portugueses,Pombal era um renovador intolerável – o que dá bem uma idéia de o quão atrasada e medíocre foi a mentalidade social que nos colonizou.Assim,após alguns incidentes – e um atentado – que levantaram justa suspeição de terem em si o dedo dos jesuítas,a morte do soberano português D.José pôs fim à era de Pombal,abatido politicamente pela nobreza e pelo clero,que viam nele um inimigo inconciliável.D.Maria,a Louca,que sucedeu ao pai,outorgou aos índios um enquadramento militar,que completava as medidas de destribalização e descaracterização cultural empreendidas pelo Marquês.

Assim,dois séculos se passaram com a progressiva e incessante extinção dos indígenas na Amazônia; primeiro,com o morticínio direto decorrente da sua expropriação e escravização pelo português mercantilista; depois,com o “acabamento” deste processo,pelas medidas que terminaram por reduzir à descaracterização total a sua cultura,e “caboquizá-los” progressivamente,até que deles apenas restasse uma lembrança vaga e remota como objeto de curiosidade cultural. E à custa de que se fez isso?À produção de que riqueza contribuiu esse morticínio como preço?Ao sustento do fausto suntuário e fútil da nobreza e do clero portugueses,ao enriquecimento de um apêndice subsidiário dessa camada parasita – a burguesia colonial portuguesa (os ibéricos,por uma questão de formação histórica,jamais puderam produzir uma burguesia revolucionária) – e à produção,através dessa ação histórica,de uma expressiva massa de acumulação primitiva,que os portugueses,na sua incompetência burguesa,passaram às mãos dos ingleses através do comércio.Associaram-se,pois,a este estilo de pilhagem colonial característico dos portugueses,dois sub-produtos muito próprios:a destruição ambiental e o extermínio genocida.

3 O PERÍODO DA VINCULAÇÃO AO CAPITALISMO HEGEMÔNICO

A EMERSÃO DAS SOCIEDADES BURGUEÁSAS

O século XVIII situa o irreversível declínio da Espanha e de Portugal,de par com a consolidação da Inglaterra como potência industrial e sede da liderança capitalista a nível mundial.A consolidação do Capitalis-

mo como modo de produção e das sociedades capitalistas avançadas como expressões do poderio burguês a nível planetário, desarticulou o poder das sociedades assentadas sobre concepções arcaicas da organização produtiva, casos em que se incluíam os ibéricos. Assim, o mundo colonial ibérico vai começar a ser gradualmente colocado na esfera de influência da ordem mundial capitalista da era industrial, agora comandada pela Inglaterra, secundada pela França e Alemanha.

Essa mudança no plano das nações fôra precedida por transformações no interior das sociedades burguesas, onde a diferença de classes se redefinira segundo os objetivos de uma organização produtiva voltada à acumulação de capital. Portanto, o predomínio da burguesia como classe dominante implicava a estruturação de todo um processo de produção científica e tecnológica voltado aos objetivos da Acumulação, que deveria incluir, como objeto de interesse, tudo o que, potencialmente, pudesse privilegiar a valorização do Capital. Essa manifestação do resultado histórico da Luta de Classes no período de consolidação da Revolução Industrial, vai se refletir em uma disseminada atenção da comunidade científica das nações burguesas sobre toda e qualquer possibilidade de contribuição da Natureza para a acumulação capitalista, através do suprimento de novos materiais capazes de serem aproveitados para essa acumulação pela indústria. Em consequência, todas as áreas do planeta cuja natureza ainda não tivesse sido suficientemente investigada, passaram a ser alvo da curiosidade científica das nações capitalistas desenvolvidas, ou daquelas em que a burguesia emergia como classe dominante.

A Amazônia, portanto, passou, imediatamente, a ser uma dessas áreas para onde primeiro se voltou o interesse científico burguês, justamente pelo seu imenso lado desconhecido, que tinha sobretudo duas razões de ser: a política do sigilo – que os ibéricos sempre haviam imposto sobre as suas colônias, e que se associava à sua incapacidade histórica de conhecê-las cientificamente por não disporem, quando comparados às sociedades burguesas adiantadas, da base atualizada do conhecimento científico necessário para tal – e a própria natureza da Região, enorme, flagrantemente exuberante, impossível de ser encoberta, mesmo sob a mais rigorosa política de segredo.

A AMAZÔNIA COMO OBJETO DA CIÊNCIA

Assim, a primeira expedição científica moderna que pisa a Amazônia é a de La Condamine, em 1742, pouco antes do início do período do governo do Marquês de Pombal, e que se torna a primeira ação de reconhecimento verdadeiramente científico da Região, tendo sido as suas revelações, no dizer de um dos escritos sobre ele, o que “preparou caminho para a horda de cientistas que invadiriam o Rio no século seguinte”. La Condamine corrigiu o mapa do jesuíta Samuel Fritz, que até então era o único documento cartográfico sobre o Amazonas, tornando-o muito mais acurado; mediu a largura e profundidade dele e de vários seus tributários, seus ângulos de entrada e força da corrente; descreveu a fauna dos rios e da floresta, e fez sobretudo duas descobertas importantes para o conhecimento da Amazônia da época pela Europa, coisa que, aliás, tanto espanhóis como portugueses já conheciam, porém nunca haviam tido a preocupação de investigar de modo científico: o curare e a borracha. La Condamine experimentou o curare e seus possíveis antídotos, formulando observações sobre esses experimentos, e levou amostras e objetos de borracha para a Europa, procurando explorar, em ensaios de laboratório, as suas propriedades e potencialidade como matéria prima. Foi a primeira contribuição sistemática ao conhecimento da biologia regional, curiosamente, aliás, feita por um matemático.

À expedição de La Condamine, que se havia iniciado em 1735, segue-se a expedição de Humboldt-Bonpland, em 1799, e sob permissão da Espanha. Esses cientistas repetiram experiências com o curare, coletaram e dissecaram espécimens da fauna regional, incluindo o detido exame da biologia e do comportamento de alguns sáurios e peixes: piranhas, jacarés, e, principalmente, puraquês. Porém, a grande descoberta feita pela equipe foi a do canal do Casiquiare, ligando as bacias do Orinoco e Amazonas, que foi detidamente examinado nas suas características, avaliando-o quanto à correnteza e navegabilidade, merecendo deles especial menção, recomendando o seu aproveitamento como via de ligação entre as duas bacias, com objetivos econômicos. Isto é, após quase

três séculos de contacto quotidiano com um colonizador que – por força da sua formação histórica – nunca havia produzido sobre ela qualquer conhecimento científico expressivo, a Amazônia, em apenas dois contactos com a ciência burguesa, começa a ser revelada ao mundo de modo avançado, segundo a visão e a perspectiva da acumulação de capital. Essas duas expedições prenunciam a mudança do papel histórico da Amazônia, de região fornecedora de meios de consumo para a metrópole colonial, para região fornecedora de meios de produção, sob a forma de matéria prima, para a acumulação industrial.

No século XIX, o fortalecimento da produção industrial e a consolidação da Revolução Industrial como processo histórico decretam a abertura definitiva da Amazônia como objeto de interesse da Ciência, e, então, passam a desembarcar aqui – e a estudá-la – cientistas cujas nacionalidades refletiam a liderança das nações burguesas a nível mundial: prussianos, franceses, ingleses – e americanos. Entre os alemães, Spix, Martius, Natterer, Adalberto da Prússia; entre os franceses, D'Orbigny, Castelnau, Montravel; e vários britânicos, que arrecadaram o conhecimento mais significativo sobre a sua biologia, e entre os quais estão justamente os dois cujos nomes estão ligados à Teoria da Evolução: Bates e Wallace. O primeiro, tendo passado onze anos na Amazônia, acumulou a impressionante soma de 14.712 espécies diferentes relatadas, sendo 52 de mamíferos, 360 de pássaros, 140 de répteis, 120 de peixes, 14.000 de insetos, 35 de moluscos e 5 de zoófitos, sendo que delas não menos de 8.000 eram inteiramente novas para a Ciência. Wallace, que passou menos tempo (apenas quatro anos), coletou, somente no Rio Negro, onde mais demorou, 250 espécies de peixes.

Além disso, a produção científica e a formação dos cientistas, nesse período de intensificação das atividades de pesquisa e formação de conhecimento sistemático, passava a obedecer a uma verdadeira reação em cadeia. Agassiz, quando ainda estudante, havia trabalhado organizando as coleções dos peixes brasileiros de água doce de Spix, a quando da morte dele, por incumbência de Martius. O mesmo Agassiz, por sua vez, quando veio à Amazônia, financiado por um rico empresário – e com todo o apoio que o aparelho norteamericano no exterior lhe havia garantido – trouxe como membro da sua expedição o jovem Frederick C. Hartt, geólogo, que depois viria a descrever substancialmente a geologia da Região. Também, muitas vezes esses cientistas sobrepassavam a questão da nacionalidade: Humboldt, prussiano, esteve a serviço do Bispo de Derby, inglês; os irmãos Schomburgk, prussianos, estiveram a serviço da Inglaterra no seu trabalho na Amazônia. Agassiz, suíço, floresceu e produziu cientificamente para a sociedade norteamericana. Em verdade, representavam indistintamente uma primitiva partição entre o Primeiro e o Terceiro Mundos, quanto à produção da Ciência para os objetivos da Acumulação. O conhecimento sistemático da Amazônia passava para o domínio das avançadas sociedades capitalistas.

Enquanto isso, a sociedade regional, articulada ao redor do extrativismo, consolidava um atraso histórico irreversível. Esse rumo histórico da sociedade amazônica é dado pela sua herança colonial. A sua condição econômica subsidiária, associada ao caráter cultural imposto a ela pelo colonizador, colocou-a nesse caminho. As credences religiosas da cultura portuguesa, impostas à sociedade regional de modo associado à exploração da Região como empório de recursos naturais, tinham como base os valores medievais da cultura cristã. Assim, ao plantarem nela, pela imposição à crença na mitologia medieval católica, a semente ideológica da salvação da alma como valor maior, instilaram-lhe um poderoso elemento de alienação que, como complemento ideológico do modelo de organização produtiva que lhe foi outorgado, foi um dos fatores concretos que a empurraram no rumo histórico da subsunção às condições do subdesenvolvimento.

Tanto as despossuídas massas nativas como a classe dominante que emerge desse processo são marcadas por essa característica comum.

O CONHECIMENTO CIENTÍFICO DA AMAZÔNIA, E AS PROPOSTAS SOBRE ELA

O processo de reconhecimento científico da Amazônia se associou, naturalmente, aos movimentos no sentido de poder manipulá-la ao possível para os objetivos da Acumulação. As nações cujo desenvolvimento

capitalista as impelia a essa atitude começaram a demonstrar êsse interesse via pressões econômicas ou políticas. Quem mais abertamente agiu nêsse sentido foram: a Inglaterra, por fôrça da sua condição histórica de sede da produção industrial capitalista, somada à condição particular de efetiva credora das dívidas de proteção a que se obrigou Portugal pela fuga da côrte para o Brasil; e os Estados Unidos, que, ainda na primeira metade do século XIX, iniciaram uma expansão préimperialista que levaria à consideração da América do Sul como extensão territorial subordinada.

No caso da Inglaterra, a proclamação, pelo Brasil, da independência em relação a Portugal, inaugurou-lhe uma efetiva subordinação econômica à Grã-Bretanha, e o contrôle da economia brasileira pelo capitalismo inglês, o que abriu espaço para que o interesse natural que os britânicos tinham pela Amazônia como empório de matérias-primas pudesse agir mais livremente. Se somou a isso a consolidação da Revolução Industrial, durante a primeira metade do século, e, pois, a consolidação do crescimento inglês no rumo do seu futuro poder imperialista. Isto determinou medidas destinadas a assegurar à Inglaterra a manutenção dêsse poderio a nível mundial.

Assim é que, no rastro dos primeiros passos do conhecimento científico da Região no século XIX, começou a ser investigada a possibilidade de uma ligação comercial entre o Atlântico e o Pacífico, na América do Sul, tendo o Amazonas como um dos segmentos dessa rota, o que – claro – permitiria o contrôle econômico do Vale. A primeira investigação nêsse sentido estêve a cargo do tenente Henry Lister Maw, da marinha de guerra britânica, na década de 1820, que, partindo do Peru, atravessou os Andes e desceu o Amazonas até a sua foz, para verificar a viabilidade do projeto. A viagem de Lister Maw não foi uma expedição científica, mas a missão de um militar, para a coleta de informações básicas sôbre a facilidade de deslocamento na Região e ao longo do Rio.

Êste mesmo trajeto geral – e com a mesma finalidade – repetiu-se em 1836, pelo tenente inglês William Smyth. Porém, a essa época, os Estados Unidos, que, logo depois estariam pilhando o território mexicano em favor dos seus propósitos expansionistas, e expandiam domínio no rumo do contrôle imperialista do continente sulamericano, passaram a disputar com a Inglaterra a hegemonia das ações preventivas sôbre o território amazônico. Assim, um oficial da marinha americana, Matthew Fontaine Maury, que encarnava a síntese da ideologia expansionista americana preconizada pelo chavão do *destino manifesto* que viria a ser depois sistematizada por Mahan e posta em prática por Theodore Roosevelt, empreendeu, com o auxílio de um expressivo segmento da cúpula empresarial americana, pressões fortíssimas sôbre o império brasileiro no sentido de abrir o Amazonas à navegação internacional, defendendo, em nome do sagrado direito do comércio, até uma ação internacional conjunta sôbre o Brasil, pela fôrça, se necessário.

Maury acusava o Brasil de uma política “japonêsa” de fechamento territorial igual à que se passava no Paraguai – e que foi o motivo para o aniquilamento dêle na guerra que lhe foi movida pela Inglaterra e executada por Brasil, Argentina e Uruguai – e que provocara, a essa mesma época, a abertura dos portos japoneses pela fôrça, sob a ameaça da esquadra do Comodoro Perry, ao melhor estilo americano. O corpo diplomático brasileiro nos Estados Unidos se mostrou profundamente receoso da natureza dessas pressões, já que, haja vista ao estilo de ação norteamericano, temia-se que o seu expansionismo pudesse chegar até a Nova Granada (hoje Colômbia), e, então, nada os deteria no rumo da Amazônia.

Essa campanha, iniciada em 1850, já tinha um precedente, pois o ministro brasileiro junto ao governo americano, Silvestre Rabêlo, havia dado permissão, algum tempo antes, a uma companhia, a *The Amazon Steam Navigation Company*, fundada em New York e incorporada pela *Le Roy, Bayard & Co.*, para explorar os serviços de navegação a vapor no Amazonas, no qual, até essa época, só se viajava a vela ou a remo, em pequenas “cobertas”, ao passo que no Mississipi já se navegava a vapor desde 1812. Uma assembléia convocada pelo governo da Província do Pará negou ao *Amazonas*, o navio que viera para inaugurar a linha, permissão para ingressar no Rio, o que levou a companhia a acionar judicialmente o governo brasileiro por perda de lucros.

Maury valeu-se das informações de Humboldt sobre o Casiquiare (os dois tinham mantido correspondência frequente e amistosa) citando-as nos artigos que escreveu no jornal *Intelligencer*, de Washington, sob o pseudônimo de *Inca*, e que foram reunidos num livro, *The Amazon And The Atlantic Slopes Of South America*, em que defende a tese de que uma região tão rica como a Amazônia não poderia ficar fechada ao comércio e à diligência das nações desenvolvidas, deixando implícito, na sua argumentação, que o Brasil era uma nação incompetente para gerir politicamente uma região tão fértil, por não saber explorá-la economicamente. Com as observações que fez sobre as bacias do Orinoco, Amazonas e Paraná, deixa que se possa farejar uma clara intenção de interligá-las com vistas a servirem como uma via interna de comunicação comercial no Continente. Defendeu com veemência a possibilidade de que se colonizasse a Região à base da força de trabalho escrava existente àquela época no Sul dos Estados Unidos (Maury era sulista) o que apontava para uma possível estratégia de contorno da crise entre o Norte e o Sul norteamericanos sem queimar o extraordinário capital sulista representado pelos escravos, e – claro – abrindo espaço para a colonização da Amazônia pelo capital norteamericano, o que significaria, sem dúvida e de modo definitivo, o controle dela pelos Estados Unidos.

Essa tentativa só não vingou porque, na época, o Estado norteamericano ainda não era o Estado forte e bem aparelhado em que pouco tempo depois se tornou (por curioso que possa parecer, à época, segundo estimativas feitas no próprio Congresso brasileiro, o Brasil possuía um corpo de linha duas vezes maior). Se já o fôsse, muito provavelmente teriam tentado impor essa abertura pela força, como vieram a fazer logo após, em outras situações, quando esse Estado já exibia a superioridade que lhes permitiu agir em Cuba e nas Filipinas. Um outro fator de peso, também, foi o agravamento crescente da crise entre o Norte e o Sul americanos, que levou à Guerra da Secessão e fez com que eles tivessem, cada vez mais, que se voltar para dentro do seu próprio território para resolver uma questão interna cuja solução logo depois lhes permitiria desenvolver uma agressiva política expansionista de intervenção direta em vários lugares do planeta, ainda no século XIX.

Mesmo assim, ainda enviaram dois militares da sua marinha de guerra – um dos quais cunhado de Maury – para, entre 1851 e 1852, iniciarem um trajeto parecido ao dos ingleses. Estes dois militares – William Lewis Herndon (o cunhado de Maury) e Lardner Gibbon – examinaram as possibilidades de entrada no Amazonas por diferentes rotas: Herndon, vindo pelo Huallaga e pelo Marañon; e Gibbon entrando pela Bolívia, pelos rios que confluíam para o Amazonas através do Madeira. As duas rotas percorridas por eles mostram que também tinham, com certeza, a missão de reconhecer áreas potencialmente férteis em borracha, cuja exploração seria iniciada logo após, daí a apenas duas décadas. Herndon escreveu, dessa viagem, *Exploration Of The Valley Of The Amazon (Made Under Direction Of The Navy Department)*. Devido à Guerra da Secessão, Maury foi exilado, retornando aos Estados Unidos quando a navegação a vapor no Amazonas – rapidamente posta em ação pelo governo imperial – já permitia caracterizar uma concreta soberania política formal do Brasil sobre a área.

Essa primeira metade do século XIX, pois, testemunha uma avalanche de investigações sobre as características naturais da Amazônia associadas à intenção de controlá-la, por parte das potências capitalistas da época, devido ao potencial de contribuição à Acumulação que a Região representava. Essas manobras no sentido de obter o controle dela chegaram até à proposta de uma atitude separatista, feita ao presidente Eduardo Angelim, durante o período vitorioso do movimento cabano, assegurando-lhe o apoio e a proteção externas, se se decidisse por ela. Embora até hoje a nação autora da proposta – devido às condições em que foi feita – permaneça incógnita (tem-se como seus prováveis autores ou a Inglaterra, ou a França, ou os Estados Unidos), o certo é que esse incidente bem espelha a importância da região amazônica para os interesses do poder capitalista a nível mundial, já naquele período que antecede a emergência histórica do Imperialismo.

De qualquer modo, o devassamento científico da Região continuou, espelhando a disputa por hegemonia existente por trás da Acumulação como processo histórico.

O EXEMPLO HISTÓRICO DOS CABANOS

Os resquícios do colonialismo arcaico e do atraso histórico da sociedade portuguesa acabaram por provocar a reação tardia que se manifestou no movimento cabano. O imbecilismo maniqueísta da mentalidade colonial lusitana, mesmo depois de já ter Portugal perdido as condições de manter o Brasil como colônia, levou a uma reação do segmento português existente na Amazônia no sentido de tentar manter para si os privilégios do colonizador, e – o que é pior – à custa dos métodos que sempre haviam marcado o processo colonial português. Isto levou a que até segmentos da nascente classe dominante nativa se tornassem adversárias – depois inimigas – dos portugueses, numa luta política que opôs, de um lado, os nativos, e, de outro, portugueses, representantes locais do poder imperial, e segmentos burgueses atrelados ao poder. A diferença de classes, neste acontecimento histórico, se revestiu de uma aparência de verdadeira luta racial, em que as massas despossuídas nativas, embora cedendo a liderança política a representantes nativos do segmento dominante que – sem dúvida nenhuma – iriam se constituir em seus exploradores mais adiante, tomaram para si o direito de cômico de uma vingança histórica contra a opressão secular dos portugueses. Embora tendo obedecido conjunturalmente a uma liderança de proprietários nativos discriminados pelos reinóis, foi uma revolta dos despossuídos contra os proprietários, materializados respectivamente, êsses dois lados, nos nativos em geral e nos portugueses em geral, e que irrompeu, como luta armada, vitoriosa em 1835.

A Cabanagem, embora apresentando essa capa racial de diferenças, espelhou, isso sim, o resultado histórico da expropriação do nativo e da sua conversão em força de trabalho explorada pelos que se converteram em proprietários à custa da sua expropriação e exploração. Ela é o marco da passagem da Amazônia a uma outra etapa da sua história, quando o poder secular do colonizador foi questionado – e esmigalhado – pela força do colonizado. Não significou a libertação dos segmentos amazônidas explorados; na verdade, êles iriam passar a ser submetidos, daí por diante, a uma nova sistemática de exploração da sua força de trabalho. Mas marcou claramente a falência do domínio dos portugueses sobre a Região, junto com uma indelével lição histórica para as gerações futuras: no seu meio, o amazônida nativo é imbatível – e pode libertar-se desde que tenha consigo o projeto político que a Cabanagem não teve. Nesta revolta nativa a força do povo foi tamanha, que, na história das revoltas brasileiras, foi a única em que o próprio povo decidiu quem iria colocar no poder – e foram *três* os presidentes –, e quando o apêria dêle, se não ou quando não lhe merecesse confiança (os cabanos depuseram um e mataram outro dos que haviam aclamado, ao perceberem as suas manobras de aproximação – como membros, que eram, da classe dominante – com os inimigos do movimento). A vitória da Cabanagem – e a sua derrota – são o testemunho mais sólido da força e do poder popular na Amazônia, bem como da importância histórica da consciência política para a libertação popular.

A B O R R A C H A

Na segunda metade do século, a borracha emerge como a grande matéria prima para a Acumulação, a partir da década de 1870. Mas desde bem antes ela já estava na cabeça dos cientistas que aqui chegavam, como a promessa excepcional da Amazônia sob o aspecto econômico. Wallace relata, no seu livro, a sofreguidão com que êle e Bates se lançaram, machados em punho, sobre uma seringueira, ao tomar, pela primeira vez, contacto com ela, em uma excursão nos arredores de Belém. Por isso, vários dos naturalistas (ou cronistas-viajantes) que vieram à Amazônia, naquela época, buscaram as regiões fronteiriças, onde se encontravam os verdadeiros empórios naturais de borracha, nos enormes seringais nativos. Entre êsses exploradores, os mais importantes foram William Chandless, da Inglaterra, que descreve o Rio Aquiry (isto é, o Rio Acre) e os americanos James Orton – professor de Geografia da Filadélfia – que devassa os rios do nordeste boliviano (um dêles leva o seu nome) e um funcionário da legação americana no Perú, Edwin Heath, que o sucede na empreitada e chega até a *Cachuela Esperanza*, no Madre de Dios, limite da grande área boliviana da produção gomífera.

Assim, a borracha que o próprio Colombo conhecera, por ver, no Haiti, os índios jogando com ela, e com a qual, portanto, a colonização ibérica convivera por duzentos e cinquenta anos sem aproveitar como matéria *prima*, após revelada à sociedade capitalista por La Condamine tornou-se, rapidamente, objeto de ensaio com vistas ao seu aproveitamento produtivo. A sequência das descobertas que se obtiveram sobre ela tem como marcos a de Macintosh, em 1823, que patenteou tecidos impermeáveis, e Charles Goodyear, em 1839, que descobriu e patenteou o seu tratamento térmico à base de enxôfre – a vulcanização – que ampliava as propriedades que tinha *in natura*, tornando-a mais forte, mais resistente e mais elástica. A borracha, como recurso da Natureza, dava uma extraordinária contribuição ao desenvolvimento e ao avanço das forças produtivas. Essa sua contribuição ainda seria ampliada, mais tarde, em 1888, por Dunlop, um veterinário escocês, que descobre a câmara de ar, objeto que tornava os rodados da época muito mais macios, e que iria se popularizar, logo depois, com o advento das bicicletas e automóveis.

Isto é, mesmo naquêle início de século XIX, já era claramente possível antever os horizontes que a Ciência e a Tecnologia abriam para a acumulação de capital. Fácil é compreender, pois, o extraordinário valor que a Amazônia abrigava em si, por abrigar gigantescos estoques naturais dessa riqueza, pois embora a borracha existisse em vários outros lugares do planêta além das Américas do Sul e Central – na Ásia, na África, em Madagascar e, mesmo, na Rússia – em árvores, arbustos, vinhas ou ervas, era na Amazônia que ela se encontrava em quantidades – e em qualidade – incomparáveis. Dêste modo, a borracha que, embora produzida desde há algum tempo como produto natural da Região, o era em pequena quantidade, a partir da década de 1870 começa a ser produzida, agora, na escala em que a exigia a Acumulação. É aí que se inicia o primeiro grande período expressivo de contribuição da Amazônia à acumulação mundial. Êsse período provoca uma das maiores transformações históricas sobre a Região, redefinindo todo um corpo de relações sociais, tanto no seu interior como entre ela e outras sociedades.

Nesta massa de mudanças, os aspectos mais significativos foram:

* se inaugura, de fato, para a Amazônia, a passagem da condição de mero empório de produtos de consumo, para a de empório de matérias primas. Isto é, a ela deixa de ser mero espaço de suprimento para a subsistência suntuária da metrópole, e passa a se integrar, diretamente, ao circuito internacional da Acumulação;

* se ocupam as últimas áreas remotas da Região que ainda estavam livres da presença direta do colonizador: os fluxos de ocupação sobem os altos rios (ou descem-nos, consoante os casos do Peru, Bolívia e Colômbia, sobretudo). As últimas fronteiras nacionais começam, na prática, a ser delineadas definitivamente, no território amazônico.

* Essa ocupação do território regional é facilitada pela estrutura social que se havia desenvolvido com a colonização, ao mesmo tempo que passa a facilitar a consolidação dela, já que são frações do segmento dominante já existente – originalmente e no geral fazendeiros, comerciantes, negociantes e proprietários, acrescidos de aventureiros – que passam a organizar os fluxos dessa ocupação produtiva e, através disso, consolidam poder segundo as novas condições de produção emersas com a mudança.

* A natureza da sociedade que êsse processo ajuda a amalgamar delinea definitivamente (a situação já existia em processo, porém agora se consolida) uma burguesia regional subsidiária à esfera internacional da Acumulação, e que, desde aí, cumpre o papel de agente das medidas da organização da produção a nível mundial reproduzindo-as subsidiariamente segundo as exigências que essa organização em escala planetária faz à Amazônia, e segundo as condições específicas ditadas pela Natureza e pela realidade social da Região.

A rede de controle regional para a produção gomífera, distribuída por Belém, Manaus e Iquitos – as duas primeiras no Brasil e a última no Peru – sediavam essa burguesia, que passou a controlar, diretamente, um siste-

ma de trabalho que, vinculado, em uma ponta, às exigências globais da Acumulação, e, em outra ponta, atado às condições naturais e sociais existentes na Amazônia, reproduziu, mais uma vez, relações de exploração profundamente desumanas à força de trabalho que se encontrava na sua base. O sistema de aviação, estratégia financeira adequada a contornar os obstáculos que a Região impunha à exploração da borracha em bases capitalistas, criou vínculos sociais de dependência, ao nível da sociedade regional, que agudizaram ainda mais a miséria social formada nos períodos anteriores da colonização. Era um sistema de financiamento no qual cada degrau, no sentido descendente, significava um grau de dureza a mais para quem estivesse situado na parte inferior, devedora. Em cada degrau intermediário o seu ocupante era, ao mesmo tempo, aviado e aviador, reproduzindo, ao degrau financeiro que lhe estava abaixo, as condições que lhe haviam sido impostas pelo degrau superior. Os custos, para essa escala toda, se subordinavam à lógica das necessidades da Acumulação, e, pois, êsse repasse sucessivo resultava na imposição de condições duríssimas aos únicos que não podiam repassá-las a mais ninguém – os produtores diretos, os que estavam na base inferior da escala – os seringueiros. Isto os amarrava a um endividamento antecipado, para que pudessem se suprir do estritamente necessário para internarem-se na mata e lá ficarem, extraindo borracha. O aviação era o meio necessário para escravizá-los para o sistema que exigia a borracha como meio de produção.

Como o grande obstáculo dessa fase produtiva da Amazônia era – além da floresta – a falta de trabalhadores e a impossibilidade de obtê-los, quer por importação, como assalariados (pelo custo proibitivo), quer entre os índios, já que a extração gomífera – como atividade produtiva regular – era incompatível com a sua cultura, essas condições determinaram a imposição dessa estratégia e dêsse sistema, como saída útil para atender a demanda da borracha como matéria prima para o circuito industrial. A solução do problema foi ajudada pela transferência de grandes contingentes de população excedente nas áreas do Nordeste, onde as sêcas retiravam da terra a capacidade de suporte dessas populações, que, migrando em busca de condições de sobrevivência, integravam-se, por essa necessidade, a êsse esquema de trabalho. Essas hordas de desesperados, pois, se tornavam a força de trabalho fácil e útil para êsse sistema produtivo.

Dessa maneira, valendo-se da miséria social preexistente, que a colonização houvera criado, o Capital, através das exigências que a Acumulação fazia surgir, reproduzia essa miséria como uma exigência da contribuição da Amazônia à acumulação capitalista. Essa sobreexploração desumana era uma necessidade da própria valorização, pois dada a natureza do meio como obstáculo fundamental à agilidade produtiva, bem como à introdução de tecnologia que superasse isso, somente a imposição de uma subremuneração brutal compensaria a baixa produtividade do trabalho decorrente dessas condições de produção. Nas áreas onde a inexistência de hordas migrantes tornava impossível o recurso à exploração dos pauperizados – como no Rio Putumayo – e como não se podia impor, àquela época, em uma região de tamanha abundância territorial, o cativo da terra necessário a fazer do nativo um expropriado – o que o obriga a ter que trabalhar para o colonizador – reproduziram-se, para êsse fim, os mesmos métodos de extermínio e escravização sobre os índios que os portugueses haviam inaugurado, pelo mesmo motivo. Assim, êsse esquema de subsunção viabilizou a produção de enormes quantidades de borracha, que, num período de pouco mais de quarenta anos, subsidiou uma expressiva parcela da acumulação industrial.

Um outro problema, representado pelo tamanho quase continental da Região, era o do transporte, em parte resolvido pela preexistência da navegação fluvial, que cobria os trechos navegáveis do Amazonas e seus afluentes, mas que esbarrava no obstáculo praticamente insuperável que eram as cachoeiras dos altos-rios, alguns dos quais eram o único acesso para áreas riquíssimas em borracha, como o era o Madeira, pelo qual se atingiam as terras fronteiriças da Bolívia, onde havia imensos espaços de ocorrência de seringais (como os da área Beni-Madre de Dios), e as do Acre.

O interesse capitalista por essa riqueza natural era tão grande que, mesmo àquela época – e com o grau de avanço de forças produtivas disponível – tentou-se vencer de qualquer modo a barreira da floresta, e, em

1873, implantou-se a construção da estrada de ferro que, mais tarde, viria a ser a Madeira-Mamoré. Mas o problema da implantação do trabalho livre nas áreas remotas da Região (e de trabalhadores não aclimatados a ela) resultou numa mortandade tal – e numa tal destruição de capital produtivo pelas condições do meio – que o projeto faliu, para prejuízo da Bolívia, que o havia financiado, embora com resultados muito bons para os capitalistas da City envolvidos na especulação sobre ele. O acesso às – e o controle produtivo das – ricas áreas do noroeste boliviano e do Acre acabou, então, sendo resolvido via o controle das primeiras pela burguesia boliviana associada ao circuito gomífero (que, junto com os peruanos e brasileiros, tinha representação tanto em Manaus como em Londres), e pela resolução internacional da disputa sobre a segunda com uma decisiva participação de grupos e interesses internacionais, o que acabou por resultar em usurpação da área pelo Brasil, quando, então, por contrato entre as partes – já aí no século XX – a Estrada Madeira-Mamoré foi construída às custas de uma igualmente excessiva perda de vidas, sob o comando empresarial do aventureiro americano Percival Farquhar, que, depois, ainda seria protagonista de outras negociações associadas à exploração da Amazônia.

A AMAZÔNIA PÓS-BORRACHA

Findo este período, a sociedade regional adquirira um perfil diferente: estava consolidada a camada da burguesia subsidiária, na verdade uma subburguesia, da qual faziam parte comerciantes, industriais regionais de pequena expressão (cujo status mais se devia à sua condição de *proprietários*), profissionais liberais (principalmente advogados), fazendeiros, empresários extrativistas e proprietários em geral, todos de caráter urbano, muito embora fortemente assentados sobre – e associados à – exploração das riquezas existentes no interior da Região, e, como camada intermediária, um corpo de funcionários públicos de todas as ordens – federais, estaduais e municipais – além de pequenos proprietários, fazendeiros do interior, pequenos comerciantes.

Na base desta massa estavam os verdadeiramente deserdados: um contingente de seringueiros, de origem nordestina, transplantados para a Amazônia dos altos rios, que lá ficaram, amarrados à miséria que os reproduziu como massa pauperizada da floresta vivendo ao nível da pobreza absoluta; e os de etnia e cultura de origem nativa, agora já representados não mais pelo índio, que já estava, na prática, exterminado como raça aos fins do século XIX, mas pelo cabôco, seu filho mestiço, que passa a ser o elemento social nativo característico a partir desse período. Esses filhos nativos da Região passaram a compor a enorme massa de deserdados sobre cujo trabalho a classe dominante regional conseguiu se manter: na floresta e nos rios, remadores, pescadores, castanheiros, balateiros, caçadores, canoieiros; no espaço urbano, a massa de braçais, trabalhadores domésticos, prostitutas, que compunham a fonte e refletiam o resultado do sobretrabalho extraído, na Amazônia, por essa classe dominante.

O assim chamado *ciclo da borracha*, pois, delimita essa mudança, assim como consolida a imposição, pela ordem produtiva internacional capitalista, de uma “vocaçã” extrativista à Amazônia. Isso se associa ao primado de um novo parasitismo de dois níveis em relação a ela: o parasitismo do Capitalismo a nível internacional, sugando dela uma gigantesca quantidade de valor para a Acumulação no período industrial sob a forma de riquezas naturais – e que tem seu marco histórico inicial com a exploração gomífera – e, a nível regional, o parasitismo dessa classe dominante subsidiária, dessa subburguesia, que se nutre da miséria social redefinida pela inserção da Amazônia a esse circuito da Acumulação. Portanto, essa situação configura o parasitismo associado de segmentos da burguesia ao âmbito regional e internacional, sobre as camadas exploradas da sociedade amazônica, num quadro característico do Desenvolvimento Combinado.

Como o meio regional opunha um obstáculo básico à produtividade do trabalho no sistema de obtenção da borracha como matéria prima para a indústria, esse problema foi contornado pelo contrabando, pela Inglaterra, de sementes da borracha para as suas possessões asiáticas; o sistema de trabalho na plantagem ordenada permite a obtenção de uma taxa de produtividade muito mais alta que a exploração florestal, o que era compatível com a necessidade de redução dos custos industriais, permitia um controle direto dessa produção pelo segmento capitalista organizador da produção industrial, e reforçava a imposição das estratégias imperialistas

conduzidas pela Grã-Bretanha. Essa manobra descartava a Amazônia como região de produção de borracha, e, em 1911, o sistema extrativista entra em crise com a entrada da borracha asiática no mercado internacional. Isso desarticulou o sistema sobre o qual se apoiava a burguesia gomífera, já que a ela, como burguesia subsidiária, foram despachados os ônus dessa crise.

Ao mesmo tempo em que essa fração burguesa regional desenvolvia, ao âmbito da Região, novas estratégias de exploração da força de trabalho para escapar desse período depressivo, os governos estaduais ingressavam em um forte quadro crítico, por terem sido levados a um alto grau de endividamento para criar a infraestrutura e dar condições à pilhagem gomífera executada nesses pouco mais de quarenta anos. Esse período inaugurou uma tendência crônica às dificuldades financeiras para os estados amazônicos, e permitiu que pudesse ser alterada a estratégia da especulação, tendo sido acompanhado pelas táticas de rapina dos círculos financeiros associados aos grupos capitalistas internacionais que, tendo gerido e participado da evolução de um ciclo extrativista destinado, pela lógica do Capital, a naufragar, esperaram o momento propício para poder tirar vantagem disso. Essa tática tinha um aliado poderoso na pessoa dos governantes regionais, pertencentes à subburguesia ou ligados a ela como ideólogos ou prepostos, que, professantes da estreiteza intelectual das burguesias subsidiárias e agindo segundo a mentalidade da fração de classe a que pertenciam, só sabiam entender, propor ou aceitar soluções que, ditadas pela lógica do Capital, subordinavam ainda mais a Região às condições da crise e ao fôssô da insolvência, agravando a entrega da Natureza regional à esperteza capitalista.

Assim, em 1922, com o Estado do Amazonas completamente destruído financeiramente, com a queda constante das exportações e o conseqüente decréscimo das receitas, inadimplência dos pagamentos a fornecedores e atraso crônico dos salários do funcionalismo, o governador apresenta um plano para “atrair ao nosso estado o capital estrangeiro, o capital de um país que, segundo se diz e sabe, sofria de pleura monetária”. O país era os Estados Unidos, e o plano consistia em conceder um empréstimo de 25 milhões de dólares ao Amazonas “para a unificação de sua dívida interna e externa”, com juros de 8% ao ano, sendo os do primeiro ano pagos adiantadamente, e os dos demais anos por semestre vencido.

O contrato que subentendia esse acordo era um verdadeiro primor de estelionato, e as vantagens que o Sindicato emprestador se propunha a extrair desse empréstimo eram uma verdadeira armadilha de efeito retardado para o Amazonas: concessão de terras devolutas para explorar borracha, cana, cacau, algodão e gado em grande escala, e para extração e exportação de madeira; concessões subvencionadas e exclusivas para a exploração da navegação e telecomunicações, concessões para a exploração de ferrovias, e subsídios fiscais à exportação. O mais curioso de tudo, porém, é que o valor do empréstimo incluía, dentro dele, uma fatia de 15 milhões de dólares que deveriam ser devolvidas pelo Estado do Amazonas ao Sindicato, para pagar comissões de intermediação e custear os projetos que os emprestadores pretendiam desenvolver. Isto é, o investimento dessa quadrilha de banqueiros norteamericanos deveria ser paga integralmente pelo Amazonas. Quinze milhões de dólares “passariam” pelas mãos do Estado apenas para que ele se tornasse devedor desse valor. Em suma, o Amazonas tomaria emprestado dez milhões de dólares, e se tornaria devedor de vinte e cinco, doando, além disso, a essa *gang* de banqueiros áreas territoriais imensas, como “prêmio” pelo “desprendimento altruísta” demonstrado por eles.

Em contrapartida, ao Sindicato se “aplicavam” aquelas “obrigações”, definidas de modo deliberadamente impreciso – tática contumaz adotada em comum acordo por empresários e funcionários do Estado em casos como esse – que não passavam de deslavadas vantagens a que, no eufemismo da corrupção, para esse tipo de acerto se costuma chamar de “obrigação”: “valorizar a borracha pelos meios ao seu alcance”, “fazer funcionar em Manaus uma fábrica para manufatura de borracha”, “fundar um banco em Manaus”, “montar uma linha de navegação de vapores de grande tonelagem”, “construir uma estrada de ferro de Manaus até a Guiana Inglesa”, “estabelecer comunicação por telefone sem fio entre as principais cidades do Amazonas”, e por aí a diante.

O plano,além de entregar de graça imensas áreas territoriais nas mãos do Sindicato,criava uma série de obrigações de contrato ao Amazonas que iriam levá-lo a inaugurar a síndrome do Amapá vinte e cinco anos antes do episódio do manganês:ao invés de saneá-lo,o teriam,isso sim,levado a um desastre ainda maior,endiando-o ainda mais e exaurindo-o financeiramente,entregando ao Sindicato,por contrato,o domínio sôbre uma vasta extensão territorial,com todo o complexo de riquezas ali existente.Ainda mais uma vez curiosamente,boa parte dos empreendimentos pretendidos por êsses piratas se situava sôbre território cujo esquadrinhamento já havia sido planejado e estava sendo articulado,a essa época,pela expedição Hamilton Rice – um Harvardiano – que,preparada desde 1918 (embora Rice já estivesse pesquisando a Região desde 1906),veio,depois,a esmiuçá-lo detalhadamente entre 1924 e 1925,inclusive com o auxílio de um hidroavião (àquela altura,coisa de verdadeira ficção científica na Amazônia), que,com um total nada desprezível de 19.000 quilômetros voados,procedeu a um levantamento aerofotográfico da área da chamada **Guiana Brasileira**,isto é,o território do Rio Branco e as áreas fronteiriças com a Venezuela e Guiana Inglesa,que,como hoje se sabe,sediam uma conhecida diversidade mineral,de valor – ainda assim – incalculável.Era praticamente uma reprodução dos termos de ação do **Bolivian Syndicate**,que,na prática,teria passado a deter,em fins do século passado,sôbre o Acre,por concessão da Bolívia,poderes de Estado,e a antevisão das medidas da ditadura militar na Amazônia após o golpe de 1964.

O Congresso Nacional,a pedido da Presidência da República,criou matéria restritiva ao prosseguimento do plano,determinando uma faixa de domínio da União,à qual cabia,nas fronteiras,assegurar a defesa do território.O que acabou por derrotar o interesse do sindicato de banqueiros de New York preocupados em ajudar o Amazonas.

Essa tentativa,contudo,inaugurou,também,um período de euforia de concessões de terras,decorrente sobretudo da mentalidade dos titulares dos governos estaduais da Região,que remetiam exclusivamente aos extratos ideológicos do pensamento burguês a responsabilidade acabada pelo sucesso econômico e social,e,pois,pelas possibilidades de resgatar os Estados regionais da crise à qual os interesses da acumulação capitalista haviam relegado a Região.Assim,sobretudo a partir dessa visão,êsses governantes passaram a fazer concessões de terras a Sociedades colonizadoras ou a empreendedores privados para o assentamento de colonos em áreas amazônicas,que,em alguns casos,chegavam a somar um milhão de hectares.

Isto,em verdade,não era nada de novo – não pelo caso do empréstimo ao Amazonas – mas sim por uma concessão de seis milhões de hectares que o governo federal havia feito,ainda em 1911 – ano do desastre da borracha – no Amapá,ao aventureiro Percival Farquhar,que fôra acusado,por um membro do Corpo Diplomático brasileiro,de vir a poder,com a ação do seu Sindicato Farquhar,entre cujas emprêsas estava a **Amazon Land Colonization Co.**,representar um perigo para o Brasil,já que poderia – dada a quantidade e a natureza dos negócios e terras que controlava na Região – atender a propósitos separatistas,apoiado pelo governo americano.Como Farquhar,levado à bancarrota pela especulação,faliu no ano seguinte,os projetos que essa concessão subentendia não vieram à luz.Mas a idéia persistiu,e,nêste período – que se demora,sobretudo,de 1927 ao fim da década – se inaugurou a entrada do Japão em cena.Ao emergir como potência industrial do Capitalismo e começar a disputar espaço de ação imperialista,o Japão também avança sôbre a Amazônia,procurando condições quer para participar da exploração dos seus recursos naturais,quer para o assentamento de colonos.Entre as concessões negociadas pelo Amazonas estavam duas a sociedades japonesas,uma delas somando um milhão de hectares.

No entanto,resistências surgidas dentro da própria Região foram refletidas no parlamento nacional sôbre o possível assentamento dêsses colonos – principalmente poloneses e japoneses.Dessa experiencia só restaram os núcleos coloniais de Monte Alegre e Tomé Açú,no Pará,existentes até hoje,e de extensão reduzida quando comparados aos outros.Isto não impediu,contudo,concessões de grande tamanho,em várias situações.Em 1926,o governo do Amazonas dividiu o Estado em oito zonas para exploração mineral,entregando nada

menos de seis delas a três empresas – a *American Brazilian Co.*, a *Canadian Co.* e a *The Amazon Co.*, todas três pertencentes ao mesmo grupo financeiro. E, em 1927, o Estado do Pará entregou a um aventureiro e especulador americano, W. Reeves Blakeley, uma concessão que, nos Estados Unidos, ele negociou com o capitalista Henry Ford: um milhão de hectares à beira do Tapajós, que acabou por se converter na primeira experiência histórica de plantagem em grande escala na Amazônia, a partir da década de 1930 – a experiência de Fordlândia – que, tendo sido uma tentativa de Ford de romper em seu favor o monopólio britânico de produção de borracha, foi à falência – e tornou-se o testemunho do caso – por não ser possível obrigar o nativo regional à aceitação de sistemas de trabalho incompatíveis com a sua cultura, enquanto não se encontrar um meio de tornar a terra inacessível a ele como meio de produção.

Esta saída só viria a ser resolvida, com notável competência anti-social, pela ditadura militar, de 1964 em diante.

4

A OCUPAÇÃO RECENTE E A ATUALIDADE

O CONTRÔLE DA AMAZÔNIA PELO IMPERIALISMO: AS CIRCUNSTÂNCIAS GERAIS

A substituição da borracha nativa pela borracha cultivada acabou com esse primeiro período histórico de contribuição expressiva e integrada da Amazônia à acumulação mundial. Ela foi relegada, então, às suas próprias condições, perdendo por completo a aura aparental de prosperidade que a havia travestido naquela fase da sua história. Com isso, passou a representar, para o oportunismo especulador do Capitalismo, cada vez mais apenas uma imensa área estratégica capaz de ser apropriada para o controle de enormes riquezas naturais pelos grandes grupos de capital que se consolidavam, na primeira metade do século XX, a nível internacional. Contudo, a resistência objetiva de alguns segmentos da sociedade brasileira, a conjunção de forças no plano das nações, a fase intensa de disputa por hegemonia entre os grandes países do Imperialismo, e, pois, a relativa incapacidade desse Imperialismo – num momento de intensa disputa interna – em agir conjugadamente sobre ela, impediram que as tentativas feitas isoladamente pelos grandes grupos capitalistas pudessem se aprofundar no sentido de um controle político direto da Região. As disputas no plano internacional se refletiam regionalmente como uma impossibilidade – conjuntural – do controle orquestrado da Amazônia pelos países imperialistas.

Restou à Amazônia, portanto, nessa fase, o regresso à sua miséria social, e a uma letargia econômica que só foi interrompida, de modo efêmero, durante o segundo grande conflito imperialista – a Segunda Guerra Mundial – quando o suprimento amazônico de borracha ajudou – com certeza muito mais que o envio de tropas brasileiras – a coalisão imperialista comandada pelos Estados Unidos a derrotar a coalisão imperialista comandada pela Alemanha.

Com a definição da hegemonia no bloco imperialista, a reorganização das grandes economias capitalistas devastadas pela guerra, e com a nova massa de conhecimento social presente na produção após o conflito – no qual a produção científica e tecnológica havia sido grandemente ampliada – surge a necessidade de uma nova Divisão Internacional do Trabalho marcada por dois aspectos fundamentais: 1) a necessidade de redistribuir internacionalmente o aparelho produtivo e a industrialização capitalista – que não podiam mais ser contidos nas suas fronteiras tradicionais de antes da Guerra, haja vista ao enorme potencial produtivo gerado por esse novo conhecimento produzido durante a mesma, e 2) a necessidade de fazê-lo como estratégia de contenção ao avanço histórico do Socialismo, ao qual aderiam várias sociedades. Este último aspecto tornava necessário produzir um chamariz ideológico que convidasse as sociedades subordinadas a aderirem ao projeto capitalista, e que surgiu sob a forma do convite ao *Desenvolvimento*.

Assim, a redivisão internacional do trabalho após a Segunda Guerra Mundial incorporou, também, um forte conteúdo ideológico, associado à formação, pelo Imperialismo, dos quadros militares necessários a exercer o papel de polícia nos seus respectivos países e contra as suas respectivas sociedades, preparando-os para gerenciar um desenvolvimento desigual que iria exigir a imposição da força para conter as aspirações sociais de independência em vários países a serem integrados ao projeto.

A industrialização subsidiária a que foram designados esses países integrou-os como espaços de produção de meios de consumo duráveis, com o objetivo de redução dos custos de uma produção internacionalmente integrada e solidária, para a qual contribuiriam com uma força de trabalho de baixo custo – subremunerada, pois – para a manipulação de tecnologias produtivas geradas e concentradas pelo Primeiro Mundo. Isto é, a inserção no universo industrializado, para essas nações do então já surgido Terceiro Mundo, não era a rigor um privilégio, mas sim a inclusão a um sistema planetário de tarefas produtivas destinadas a agilizar a Acumulação.

Com a inclusão do Brasil a esse processo, desenvolvem-se condições que facilitam o acesso à ocupação da Amazônia e à exploração dos seus recursos pelo Capital, agora em circunstâncias completamente diferentes. Em ordem cronológica essas condições foram: a ligação rodoviária da Região com o Centro-Sul, através da Belém-Brasília, e a mudança do regime político ocorrida com o golpe militar de 1964, que atendia às aspirações da burguesia internacional e da burguesia nacional associada, no sentido de ampliar espaço à ação do projeto capitalista do Imperialismo, no pós-guerra, sobre os países da industrialização subdesenvolvida e retardatária, como era o caso brasileiro.

A HISTÓRIA RECENTE

Se uma das consequências da inclusão do Brasil à nova Divisão Internacional do Trabalho pela industrialização – a ligação terrestre da Amazônia com o Centro-Sul – permitiu o apossamento das terras ao Sudeste da Região, ao longo da rodovia, por oportunistas, investidores e aventureiros do Centro e do Sul, as consequências do golpe militar foram muito mais amplas. As medidas institucionais que a mentalidade política dos militares concebeu foram geradas pela mesma raiz ideológica presente nas aspirações da burguesia. Dêste modo, boa parte das reformulações promovidas nas leis e instituições brasileiras tinha, como escopo específico, facilitar a livre apropriação e exploração privada de territórios e riquezas naturais que, na sua maior parte, estavam na Amazônia. Entre as decisões que envolveram essa consequência podem-se citar a reforma do estatuto agrário, que se materializou no Estatuto da Terra, a reforma do Código Brasileiro de Mineração, e a criação dos Incentivos Fiscais, que permitiu uma desbragada orgia de expropriações, apossamento violento de terras, e dissipação dos recursos sociais em função da formação de patrimônio pelo aventureirismo capitalista, e a concentração absoluta da propriedade de recursos naturais por grandes grupos ou corporações do Capital.

Antes, porém, que se consumassem essas medidas – cuja elaboração conjunta se demorou até 1967 – começaram, logo, a surgir claros indícios da abertura de campo que a ditadura militar fazia à pirataria capitalista que iria se desenrolar sobre a Amazônia: logo se iniciou uma febril corrida às terras, por grandes grupos econômicos. Embora seja certo que isto havia começado já antes do Golpe, com êle a situação se agravou. Em pouco tempo, no Delta do Amazonas, uma área altamente estratégica pelos próprios padrões da doutrina cultuada pelos militares como dogma de fé – a Doutrina da Segurança Nacional – já havia ao redor de um e meio milhão de hectares em mãos de proprietários estrangeiros, sem falar na Jary. O gigantesco processo de concentração fundiária que o Regime Militar estimulou sobre a Amazônia começou com o apossamento de grandes extensões de terras por grandes corporações de capital, e logo nas áreas mais críticas para a segurança da Região.

Logo depois, aproveitando as facilidades abertas à cobiça do Capital sobre ela, respaldada na absoluta fidelidade dos militares aos princípios ideológicos do alinhamento com o Capitalismo e na sua feroz paranóia anticomunista, foi feita a arremetida mais ousada, a do Grande Lago Amazônico, apresentada pelo Hudson Insti

tute, órgão norteamericano de projetos ligado aos esquemas da Segurança Nacional e aos objetivos imperialistas do Estado norteamericano.

Com o apoio informal do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Aliança Para o Progresso, tendo como respaldo o controle político da sociedade brasileira pela força militar, e levando em conta a liderança delegada do Brasil na América do Sul, o referido instituto apresentou um plano “de desenvolvimento” para a Amazônia, que depois ficou conhecido como o projeto do Grande Lago Amazônico. Ao contrário do que até hoje se pensa, o projeto não se constituía de um lago só. Era um esquema integrado, que consistia em barrar inteiramente a rede hidrográfica do Amazonas, e interligá-la com a do Orinoco e a do Paraguai. O plano previa a construção de oito grandes lagos, sendo o maior de todos o que deveria ser formado pelo barramento do Amazonas à altura de Monte Alegre. Deveria criar um outro canal do Panamá na fronteira entre o Panamá e a Colômbia (o chamado Projeto Chocó), navegável por navios de até 100.000 toneladas, um lago que substituiria o Casiquiare, entre o Orinoco e o Negro (o Pimichín), um lago que levaria o acesso livre do Amazonas até as encostas andinas pelo Rio Caquetá (o La Araracuara), um lago em Pucallpa, no Peru, pelo barramento do Ucayali, a ligação das bacias do Ucayali e do Madre de Dios, no leste boliviano, pela formação de um lago sobre o Urubamba e o Istmo de Fitzcarrald, e um lago sobre o Guaporé, interligando as bacias do Amazonas e do Paraguai. E, por fim, o maior de todos, um verdadeiro mar interior, formado pelo barramento em Monte Alegre. Centrando as alegações sobre os benefícios do projeto, os técnicos do Instituto exaltavam os grandes avanços que ele traria à Amazônia: eletrificação, acesso a “novas” terras, o surgimento da pesca como atividade industrial, navegação muito mais fácil, exploração de madeiras, e o surrado chavão do *land and resource development*, que, como todo chavão norteamericano, discursava que o que é coisa útil para os americanos, deve ser útil para todos. Em síntese, os argumentos dessa tentativa incorporavam muita coisa da cantilena ideológica que justificaria, logo depois, tudo o que os militares acabaram por impor à Região, na desordem da ocupação que comandaram.

A proposta mereceu logo, da parte dos militares, detida atenção, e foram organizadas viagens ao sítio onde se pretendia implantar o projeto. Na verdade, embora apresentado como instrumento para essas alegações corriqueiras, a intenção dos seus idealizadores parece ter sido conseguir do Brasil a aquiescência para a construção do lago em Monte Alegre, o que poderia representar a parte mais fácil, consoante dois dados fundamentais: a liderança subsidiária exercida pelo Brasil na América do Sul, e o alinhamento ideológico dos militares golpistas com propostas que falassem em “desenvolvimento”. Conseguido isso, seria fácil apresentar aos outros países essa aquiescência como um aval para a viabilidade dos outros lagos propostos, e tentar pôr em prática o plano inteiro. Isto daria aos Estados Unidos um novo Canal do Panamá, livre acesso aos pontos mais remotos da América do Sul amazônico-andina por barcos de grande tonelagem (inclusive porta-aviões), livre navegação, pelo interior do continente, do Caribe ao Atlântico Sul das costas argentinas, e o livre acesso dos interesses das grandes corporações capitalistas às ricas terras do Rio a jusante do barramento, e às ricas jazidas minerais do interior amazônico, que ficariam ao seu alcance, pelas margens do Lago. O plano, porém, era tão claramente perigoso, que até segmentos estreitamente ligados ao Golpe e ao Regime Militar se opuseram fortemente a ele, vendo nisso um instrumento de perda imediata de soberania e completo afastamento da parcela de poder que ainda detinham. Com o apoio da opinião pública consciente, que, mesmo sob o ferrão da ditadura teimava em resistir aos avanços do Imperialismo sustentados pelo compromisso dos militares e os interesses dos empresários, o projeto do Grande Lago Amazônico foi defenestrado.

Na outra ponta, seguiam as medidas destinadas a adaptar o Brasil à nova ordem, reesculpindo a Lei e as instituições, com efeitos sobre a Amazônia. Embora essa ação tenha sido realizada em todas as frentes, houve alguns ramos de atividade em que ela teve dimensões e consequências duramente agravadas. A criação do Estatuto da Terra resultou em um imenso problema fundiário na Amazônia atual, que passou a ser não só espaço de assentamento de empreendimentos predadores da Natureza e comprometedores das condições ambientais, como área de produção de pequenos fundiários expropriados, e rumo natural das levadas de migrantes deslocados ou expropriados em outras regiões. O resultado direto da criação do Estatuto da Terra conjugada com os Incen-

tivos Fiscais foi o surgimento dos chamados empreendimentos *agropecuários* e *agroflorestais*, que foram o instrumento para a sucção dos recursos doados pelos programas de Incentivos Fiscais, apropriação de território, exploração de recursos naturais e formação de Capital, através da corrupção e favorecimento. Fazendas, empresas de extração de madeiras, empresas agrícolas e – numa região como a Amazônia – empresas de *reflorestamento*, de um lado captaram uma enorme massa de recursos sociais sob a forma de incentivos, e, de outro, promoveram uma parcela extraordinária de devastação da Natureza. O resultado disso foi a criação de uma capacidade produtiva regional voltada quase que integralmente para a exportação, como é o caso das empresas do ramo das madeiras, de cuja produção quase nada fica na Região. No caso particular das fazendas e “reflorestadoras”, o resultado foi, na prática, a pilhagem dos incentivos, a devastação de imensos espaços naturais, a formação concentrada de enormes patrimônios individuais, a sonegação de tributos – que junto com a apropriação dos incentivos foi um dos mais eficientes fatores do esvaziamento financeiro dos Estados e da União, no plano regional – e o surgimento de uma enorme e eficiente estrutura repressiva na área rural, envolvendo – num eficiente esquema de corrupção – os órgãos ligados aos programas de ocupação, os governos estaduais e as instituições militares ou paramilitares diretamente responsáveis pela repressão.

O outro caso é o do ramo mineral. O Código de Mineração de 1967 abriu espaço irrestrito à ação privada sobre o patrimônio mineral brasileiro, o que, na Amazônia, significou, de imediato, o apossamento das mais importantes jazidas minerais pelos grandes grupos de capital, estrangeiros ou deles subsidiários, envolvendo os grandes cartéis dos diversos ramos industriais, controladores das fontes estratégicas de matéria prima, como são os casos da ALCAN, ALCOA, Kaiser, Omnium, NALCO, Azevedo Antunes, Lacombe e outros, que controlam – explorando ou mantendo cativas – importantes jazidas e/ou empreendimentos metalúrgicos ligados à exploração delas.

Êsse ramo sedia os maiores exemplos, hoje, dos chamados *grandes projetos*, que, embora não sendo novidade na Região – seus modelos já existiram nela desde o século XIX – se tornaram no instrumento acabado de ocupação e exploração em escala das riquezas naturais amazônicas neste período recente.

O primeiro grande projeto recente antecedeu o Regime Militar. A busca por manganês para resolver um problema estratégico de fornecimento à siderurgia americana no pós-guerra, plantou no Amapá, a partir da década de 1950, um projeto mineiro – a ICOMI – que, em trinta anos, exauriu completamente uma das mais ricas jazidas de manganês do planeta. Controlado pela Bethlehem Steel, monopólio mundial do aço, através do capitalista Augusto Trajano de Azevedo Antunes como testa-de-ferro, êsse empreendimento mandou para o exterior, a preço vil, uma extraordinária jazida que, pelo tamanho, se estimava que necessitasse cinquenta anos para ser esgotada. Pilhada à custa de uma exploração intensiva levada às últimas consequências, que retirou em trinta anos o que se previa levar cinquenta para retirar, êsse projeto teve o mérito de criar a única fábrica de pelletização de finos de manganês da história mineral do planeta, totalmente projetada nos laboratórios A.B. Homer, da Bethlehem Steel, nos Estados Unidos, para pelletizar, empacotar e remeter para o exterior a farinha de manganês que os métodos usuais não haviam conseguido recolher. Os incentivos fiscais – recursos da sociedade brasileira, manipulados já agora pela ditadura militar (a construção dessa fábrica foi proposta quando o manganês da mina já estava quase todo desaparecido, e coincide com o período da ditadura) – pagaram, em dinheiro vivo, oito milhões de dólares, dos quinze que a fábrica custou. Ficou no Amapá apenas a cratera, não sem antes o mesmo Azevedo Antunes conseguir, com mais uma nebulosa manobra com os Incentivos Fiscais, fundar outra empresa junto do antigo projeto, para explorar celulose, em plantios de monocultura florestal, a AMCEL.

O livre esquadramento dos recursos naturais da Região, permitido pelo novo Código Mineral, deu às multinacionais, de presente, duas extraordinárias ocorrências minerais, as jazidas de bauxita do Rio Trombetas, e o complexo mineralógico da Serra dos Carajás. Os um bilhão e cem milhões de toneladas das jazidas do Trombetas foram repartidos entre a ALCAN, a ALCOA e o americano Daniel Ludwig, ligado à Kaiser Aluminum. O Carajás – cujas jazidas de 14 bilhões de toneladas de minério de ferro não são a parte mais valiosa do seu ex-

traordinário complexo mineral – ficou sob o controle da AMZA, sociedade entre a estatal Vale do Rio Dôce, e a Meridional, subsidiária da United States Steel. Daí derivaram os dois maiores projetos mineiros hoje em funcionamento na Amazônia. Do Trombetas, a ALCAN se supre de uma enorme quantidade de bauxita, junto com outras várias multinacionais, sócias do projeto, a preço verdadeiramente aviltado. Dos Carajás, o Japão leva boa parte do ferro que consome, em condições de preço semelhantes às da bauxita.

Derivado da descoberta da bauxita no Trombetas, após muita disputa entre os grandes grupos transnacionais, a NALCO, japonesa, conseguiu a parceria subsidiária da Vale do Rio Dôce, como sócia suportadora dos custos – o mesmo papel que ela cumpre no Trombetas para a ALCAN e seus sócios privados – para um complexo metalúrgico destinado a produzir alumina e alumínio – a ALBRÁS/ALUNORTE. Para tornar viável o projeto, o regime militar criou a ELETRONORTE, cujo primeiro objetivo era construir a hidroelétrica do Tucuruí, totalmente custeada pelo dinheiro público, indispensável para suprir a energia necessária às duas usinas metalúrgicas, energia essa que ainda viria a ser fornecida a 1/3 da tarifa real – isto é, com um subsídio de ao redor de 15 milhões de dólares anuais adicionais, à empresa. Disputas surgidas entre a ALCOA, a ALCAN e a NALCO levaram à desativação da fábrica da ALUNORTE ainda durante o período da sua construção, devido à implantação de um complexo idêntico pela ALUMAR, em São Luís, em sociedade entre a ALCOA, a SHELL e a Camargo Corrêa, que entrou na sociedade com dois bilhões de dólares de lucro que obteve com a construção do Tucuruí. O prejuízo, de ao redor de cem milhões de dólares, da desativação da ALUNORTE foi absorvido pelos recursos públicos, e hoje só resta a ALBRÁS, fornecendo alumínio primário de primeira qualidade (e a preço inferior) à economia japonesa, com alumina importada da Jamaica, por causa do bloqueio imposto à NALCO pela ALCAN, que controla a mina do Trombetas administrada pela Vale do Rio Dôce. Isto é, as rivalidades exclusivas das grandes corporações multinacionais do ramo mineiro-metalúrgico – e não as necessidades sociais brasileiras – é que determinam a sorte dos projetos amazônicos do ramo. Nêles, a paraestatal que – pressupostamente – representa o interesse da sociedade nacional sobre o seu patrimônio mineral, cumpre um papel meramente decorativo, como empresa-gerente.

Dos grandes projetos em operação hoje, na Amazônia, porém, o mais acabado como instrumento de saque é a JARY, que nasceu de um entendimento direto entre o primeiro marechal-presidente do período da ditadura militar, Castello Branco, e o capitalista americano Daniel Ludwig. Valendo-se das facilidades criadas pelo regime, este aventureiro adquiriu todas as terras de um antigo coronel da borracha, que estavam nas mãos de uma sociedade de comerciantes portugueses, e implantou, nelas, verdadeiro complexo agrícola, pecuário, florestal, mineiro e industrial, valendo-se sobretudo de isenções alfandegárias e da concessão de incentivos fiscais. Com base nas expectativas do mercado internacional para a celulose e alimentos, ele implantou, ali, uma enorme monocultura florestal de espécies estranhas à Região, e um complexo industrial de celulose – cuja compra foi avalizada pelo BNDE – destinado a processar a produção da floresta plantada. Tendo se tornado detentor de concessões cativas de minas descobertas na área, já que isso, agora, havia passado a ser permitido pelo Código Mineral do Regime Militar, ele implantou, também, uma mineração e complexo industrial de caulim, assim como uma gigantesca plantação de arroz nas várzeas, e pecuária comum e de bubalinos. A JARY é um formidável complexo produtivo assentado sobre as facilidades criadas pelo golpe militar na Amazônia.

A administração do projeto, desde o começo foi exclusivamente norteamericana, com os titulares mantidos em prazo e condições da estrita conveniência e decisão do dono. Os cargos de direção representativa, para satisfazer as ficções formalistas das exigências legais do país, sempre foram ocupados por militares de alta patente, ou membros da burguesia regional encarregados de representar legalmente os interesses do empreendimento. O seu controle, estrutura e objetivos foram, sempre e exclusivamente, determinados pelas condições do mercado a nível mundial, e não pelas necessidades da sociedade regional, ou nacional. A Amazônia foi, apenas, o lugar do seu assentamento e da sua ação de saque.

Tendo domínio absoluto sobre as decisões, na área ocupada pelo Projeto, Ludwig entrou em choque com o regime quando pretendeu controlar o sistema de produção de energia, desde que decidiu construir uma hidroelétrica particular para produzir energia para o complexo industrial, e foi contestado por um almirante que, pelos esquemas da Segurança Nacional, tinha jurisdição sobre a área onde se assenta o projeto, e guardava ressentimentos de atitudes e vantagens de Ludwig que haviam resultado em sanções do regime contra líderes do grupo militar ao qual se alinhava. Essa hostilidade valeu, ao próprio regime, represálias por parte de Ludwig, e, os contratempus em que se desdobraram, entre os quais o não pagamento de duas prestações do complexo de celulose – que o BNDE foi obrigado a cobrir – fizeram o projeto passar às mãos de um consórcio comandado pelo mesmo Azevedo Antunes da ICOMI, que era sócio de Ludwig em vários empreendimentos agrícolas e mineiros, e que, agora, detém sozinho a mineração e a indústria de caulim, à parte do consórcio. Antunes, notório e histórico parceiro de uma das maiores rapinas executadas contra um patrimônio social da Amazônia – o mangâns do Amapá – junto com o seu grupo recebeu a Jary de presente. O BNDES deu-lhes 180 milhões de dólares para assumir o Projeto, além de pagar todas as dívidas pendentes do mesmo.

A transferência da JARY, devido a alguns aspectos imprecisos e controversos do contrato de venda, envolveu muita polêmica. E, embora o projeto da hidroelétrica seja bastante criticável, quer por sua engenharia quer pelos seus efeitos ambientais, já está em construção. É o segundo caso, na Amazônia. O primeiro é o da Mineração Taboca, do grupo Lacombe, cuja empresa – a Paranapanema – detém a concessão exclusiva da exploração da cassiterita na estrada Manaus-Caracaray, e exporta integralmente o estanho de primeira qualidade ali produzido, controlando uma área que, antes, era domínio da tribo Waimiry-Atroary, cuja maior parte foi exterminada pelos comandos do exército, na passagem dos batalhões de construção que abriam a área. A Paranapanema – que, pois, opera diretamente ligada às condições do mercado mundial do estanho – construiu e administra uma hidroelétrica própria, no Rio Pitinga, e produz problemas ambientais extremamente sérios sobre essa área com a mineração.

A JARY causou vários problemas ambientais, inclusive por absoluto descaso com as consequências de uma monocultura florestal em uma região como a Amazônia, além da falência da sua plantagem de arroz – cujos 14.000 hectares estão, hoje, nas mãos de um grupo de fazendeiros oriundos do Sudeste – por não ter respeitado as condições ambientais da várzea amazônica, que, aliás, sofreu forte intervenção sob o projeto. Hoje funcionam, também, a mineração e o processamento de bauxita refratária, de propriedade exclusiva de Antunes, cuja AMCEL está ligada com o esquema de produção de celulose. Toda a produção da JARY é exportada para fora da Amazônia, seja para o Sul do Brasil, seja para o exterior. É uma empresa solidamente ligada às condições e aos ditames do mercado internacional.

Um outro marco dessa ocupação recente foi a da Amazônia Ocidental, que foi consolidada com a criação da Zona Franca de Manaus, como esquema de ocupação capitalista do território, comandada pelos pressupostos da Doutrina Da Segurança Nacional, que criaram sobre a parte ocidental da Região a noção ideológica de *espaço vazio*. Assim, afluíram para Manaus numerosas multinacionais ou empresas nacionais detentoras de sistemas, patentes ou direitos de produção de meios de consumo duráveis, e que hoje compõem o universo industrial da Zona Franca – para onde as multinacionais despacham linhas de produção já obsoletas (e já depreciadas) nos países da industrialização desenvolvida – para realizar lucro a partir do consumo do mercado interno brasileiro. Essa industrialização, retardatária até mesmo para os padrões brasileiros, atraiu numerosos contingentes nativos, migrantes vindos de dentro dessa própria área regional, e produziu uma verdadeira pauperização massiva da população operária local e seus agregados; e Manaus, devido aos Incentivos Fiscais e isenções alfandegárias que resultam em uma sucção violenta, pelo empresariado, dos recursos públicos, esvaziando-os da possibilidade de um emprego com objetivos sociais, é uma plataforma de exportação de segunda categoria para o mercado interno, um imenso comércio de meios de consumo supérfluos, e um espaço modernizado de reprodução das desigualdades sociais na Região.

Assim, a Amazônia, hoje, é um espaço onde ou se gera uma produção supérflua, ou onde se produz um saque modernizado e eficiente dos recursos naturais necessários à Acumulação, controlado pelas grandes corporações capitalistas. Madeira, minérios, hidroenergia, são alguns desses recursos empacotados em massa e exportados a preços aviltados, e cuja receita, por maior que seja, é inexpressiva ante a magnitude da descapitalização ecológica e de riquezas naturais que provoca. Mais uma vez, a grande maior parte da sociedade regional está à margem dos benefícios que esse processo gera. Quem os apropria regionalmente é uma reduzidíssima minoria de privilegiados, que controla subsidiariamente a exploração dos recursos naturais e a exploração da força de trabalho da Região. São os representantes, dirigentes e defensores das corporações internacionais, grandes fazendeiros, empresários, latifundiários, profissionais liberais e funcionários públicos integrados aos esquemas de corrupção e favorecimento que esse sistema incorpora.

A outra face desta realidade é o extraordinário potencial produtivo agregado à Região durante todos estes períodos da sua história, mormente durante o período militar. A capacidade produtiva social da Amazônia, hoje, faz dela um espaço de enormes possibilidades de desenvolvimento. A parte ocidental possui um parque industrial moderno, a despeito da sua aparente defasagem em relação às estruturas produtivas do Primeiro Mundo, ou, mesmo, do Sul, ou do Terceiro Mundo industrializado. Mesmo nessas condições, esse complexo industrial pode ser ajustado com facilidade aos desenvolvimentos técnicos que se produzem sobre as estruturas produtivas a nível mundial, e manter-se como um verdadeiro polo produtivo em função das necessidades sociais do país e da Região.

O mesmo ocorre com os polos produtivos existentes na parte oriental, onde as formidáveis estruturas-enclaves que são os Grandes Projetos representam um segmento moderno e importante de intervenção sobre a Natureza e obtenção de recursos naturais, que, se usados sob a orientação do bem-estar e interesse social, podem, igualmente, converter-se em agentes do desenvolvimento, e não do saque. Os projetos mineiros, como a Mineração Rio do Norte ou os Carajás, projetos metalúrgicos como a ALBRAS e ALUMAR, complexos produtivos como a JARY, gigantescas fontes de energia como o Tucuruí, incorporam uma dimensão concreta e de grande tamanho às perspectivas do desenvolvimento real. Uma coisa é certa, porém: toda essa massa de possibilidades produtivas só o será assim, se comandada por propósitos produtivos que tenham, na sua base, o objetivo real do bem-estar social, e não a mera intenção exclusiva do Lucro.

AS PERSPECTIVAS DO FUTURO

Com a mudança da correlação de forças a nível internacional, esse saque e as condições a que é relegada essa grande maior parte dos amazônidas estão ganhando uma dimensão inquietante. Valendo-se das consequências que surgiram do estilo de exploração que elas próprias impuseram à Amazônia através das ações da ditadura militar, as nações imperialistas começam a usar como argumento a tese da agressão ambiental para alegar a incompetência do Brasil como nação para gerir a Amazônia como espaço econômico. A competência golpista dos militares e a competência predadora do aventureirismo empresarial – da qual, aliás, participam até hoje várias grandes corporações do Primeiro Mundo – foram transformadas ideologicamente em incompetência nacional, por essa argumentação; e o atual momento histórico, em que a coexistência pacífica no interior da célula imperialista superou as dissenções que, na primeira metade do século, levaram a duas guerras, permitem que a ação imperialista conjunta sobre a Amazônia possa ser, agora, orquestrada como nunca foi. Apoiada na imposição brutal das dívidas externas nacionais como estratégia de controle das soberanias subordinadas pelo Imperialismo, e na crise política da sociedade soviética – que, aliás, os meios de comunicação e controle ideológico desse Imperialismo apresentam falsamente como a falência do Socialismo – os países imperialistas, em conjunto, começam a fazer um cerco sutil à Amazônia, alegando, em relação a ela, uma noção ideológica de patrimônio universal, e tentando, agora, reproduzir sobre ela as manobras que levaram ao controle, ainda mais direto, sob o seu comando, de regiões que envolvem o seu interesse estratégico porque são empórios de riquezas indispensáveis à Acumulação, como é o caso do Golfo Pérsico. As pressões e pronunciamentos vindos dos centros de co-

mando do Capitalismo a nível mundial espelham uma inquietante perspectiva – a da intenção de transformar a Amazônia num verdadeiro Golfo Pérsico equatorial. Para isso eles iriam contar com a submissão dos países esmagados pela coleira econômica das dívidas externas, e a crise da União Soviética, que permitiram ao Imperialismo tomar um grande fôlego, durante algum tempo, antes que ingresse em mais uma das crises que irão levar o Capitalismo à desapareção final.

Há, para isso, um aliado de peso que são os segmentos dominantes nacionais. Nas sociedades subordinadas, o aliado mais eficiente do dominador sempre é a fração exploradora local, cujos interesses coincidem com os propósitos de exploração que vêm de fora. Disso resulta o estabelecimento de uma sólida aliança subsidiária dessas classes exploradoras locais com o invasor, o que as torna os seus mais eficientes agentes internos. E o Imperialismo sempre se valeu disso. Basta olhar as histórias da China, de Cuba, do Vietnã e do Irã, antes de suas revoluções, para se ter disso uma visão clara. As burguesias subordinadas, cuja preocupação essencial é manter a sua condição de classe, aderem prontamente aos esquemas impostos pelo Imperialismo, e colocam ao dispor dele o controle do poder político que exerciam como prerrogativa e decorrência do seu poder econômico, para que se possam manter associadas aos novos métodos de exploração, e continuar participando do poder, apropriando as parcelas marginais da mais-valia que irá resultar da imposição deles aos segmentos explorados da sua sociedade. Por força disso, ou se mantêm ou são convertidas em segmentos gerenciais, a nível nacional, do poder econômico e político determinado e controlado pelos interesses do Imperialismo.

No atual estágio de desenvolvimento do Capital, esse controle não precisa ser mantido sob a forma de aberta intervenção externa, para submeter completa e acabadamente um país ou sociedade; a plasticidade absoluta do Capital dá-lhe um tal poder de penetrar em todos os poros sociais, que se torna possível manter o poder nacional formalmente intacto, administrado pelas burguesias ou aristocracias nacionais, enquanto o controle da economia é feito de modo absoluto pelo capital financeiro, representado pelos bancos e corporações multinacionais.

Deste modo, quanto mais estratégico for um país ou região para os interesses da Acumulação, tanto mais ele será, no estágio atual de evolução do Capital, alvo desse esquema férreo, como função da manutenção dos objetivos da ordem econômica internacional, ação essa que é partilhada pelos que dividem o poder no interior da célula imperialista.

Com a atual conjunção de forças no plano internacional e total hegemonia dos EUA nessa célula – e encerrada de vez a idade da disputa interimperialista pelas armas, que resultou em duas guerras mundiais – essa partilha se torna, cada vez mais, uma ação entre amigos, comandada pelo líder do bando. Assim, portanto, países, regiões ou áreas fartos em recursos naturais estratégicos serão alvo dessa ação conjunta e partilhada, que os conduzirá à internacionalização *de facto* sem que seja quebrada a impressão formal da sua soberania política, a menos que situações de rebeldia à ordem que lhes é imposta justifiquem uma ação militar do Imperialismo para mantê-la. O Golfo Pérsico é um exemplo disso. Como região estratégica para a ordem econômica internacional, foi internacionalizado. Ali não há maiores aliados do Imperialismo do que os emires, as aristocracias e as burguesias nacionais dos emirados, da Arábia Saudita, do Kuwait e outros países da região. Os seus interesses, como classe dominante, fizeram-nos aliar-se às estratégias do Imperialismo para manterem-se como tal, e são, de fato, os representantes dele no exercício do poder político e controle dos seus respectivos Estados nacionais, agindo em consonância com o controle da ordem econômica internacional que é conduzido, ali, pelas grandes corporações transnacionais do petróleo, com as quais se mantêm em estreita sintonia.

Segundo essa mesma lógica, os países da área cujos segmentos dominantes ou cujos governantes optaram por uma rebeldia nacionalista e fugiram dessa sintonia, recusando-se a aceitar a intervenção imperialista sobre as suas economias nacionais e a entregar ao capital internacional o controle absoluto sobre o recurso estratégico que é o petróleo – Irã, Iraque e (um pouco mais distante) Líbia, por exemplo – tornaram-se imediata-

mente alvo das mais diversas represálias, que, até agora, no caso do Iraque, mostraram o quanto é real a internacionalização do Oriente Médio como repositório de recursos naturais estratégicos.

Um dos sintomas que apontam para a intenção de controlar uma área, região ou país pelo Imperialismo é a criação, por ele, daquilo que se costuma chamar de *Estado-Tampão*, dentro do espaço pretendido. O Estado-Tampão atua como uma cunha de contenção e escudo avançado contra as tentativas de rebeldia, na área, à imposição da ordem econômica e política que está sendo preparada contra ela. Não raro atua como verdadeiro Estado policial, exercendo ações repressivas de prevenção e correção sobre as rebeldias locais, sendo suportado, armado e municiado pelo Imperialismo. A sua criação geralmente surge como uma provocação inicial que o Imperialismo faz às tentativas de desobediência à imposição do seu domínio, para que se possa justificar uma pronta ação repressora e aniquilamento da rebeldia. Exemplo disso é Israel, na área do Golfo Pérsico, assim como a Coreia do Sul o é para a Coreia do Norte, e o Vietnã do Sul o foi para o Vietnã. Assim também como o Kuwait foi criado para servir de tampão de contenção preventiva ao Iraque, ainda na primeira metade do século.

Para criá-lo, a estratégia mais comum é a do desmembramento de um território pertencente a um país do pedaço, geralmente um “rebelde”, o que já pode trazer consigo a utilidade da provocação inicial. Israel foi desmembrado do território da Jordânia, a Coreia e o Vietnã do Sul seguiram o mesmo figurino, o Kuwait foi desmembrado do Iraque. É costume, para promover a sua criação, lançar mão de reivindicações de “independência” de facções separatistas, não raro frações de classe exploradoras, que vêem nessa perspectiva a oportunidade de ocupar subordinadamente o poder em favor dos seus interesses – ou, então, de reivindicações a nível internacional sobre questões polêmicas associadas ao clima econômico ou político da área.

Essa, também e portanto, é uma perspectiva que não pode ser descartada com respeito à Amazônia. O seu enorme e diverso potencial de recursos naturais é coroado por uma gigantesca riqueza mineral e energética. Esses dois aspectos, sobretudo, transformam-na em alvo das mais candentes juras de amor à Natureza e preocupações ambientais, por parte dos representantes da célula imperialista, que desejam o seu controle em função do uso dos seus recursos naturais para os objetivos da Acumulação. Isto tem, principalmente nas duas últimas décadas, intensificado não só a quantidade do saque, por corporações de várias nacionalidades, como, também, provocado uma verdadeira avalanche de equipes científicas e projetos e programas de investigação da natureza regional por parte do Primeiro Mundo. À parte a ação do saque, mais uma vez a sociedade regional, no seu corpo acadêmico e científico, fica em clara desvantagem até nas parcerias que são formadas para estudar cientificamente a Amazônia, tanto em desempenho como em apropriação de resultados.

Na esteira disso – e aproveitando o clima de modismo que pôs a ecologia na ordem do dia – pululam, de todos os cantos, organizações internacionais das mais diversas naturezas, cada qual querendo dar a sua própria versão, e apresentar a sua própria solução para o problema ambiental de uma região que elas não conhecem, provocado, aliás, pelas suas próprias corporações transnacionais e pela ordem econômica imposta ao Brasil, como Terceiro Mundo, por pressão dos seus próprios países, e pela aliança subsidiária da burguesia brasileira e dos governos que a representaram e representam. A pressão exercida por esses organismos coopta segmentos cuja militância política ou é alienante ou alienada, e se torna cada vez mais forte, tentando impor os seus pontos de vista sobre todos os pontos entre os extremos da questão, das hidroelétricas aos índios. É como se a Amazônia já se tivesse tornado território deles, e não território brasileiro. Muitas dessas organizações não têm origem clara, e não se pode dizer que não é possível que não estejam, por trás de algumas delas – cujos matizes variam desde a postura aparentemente séria à mera militância modista – os interesses reais de grandes países do Primeiro Mundo.

Dêste modo, assuntos aparentemente inocentes, como – por exemplo – a indiscutivelmente necessária e justa demarcação das terras indígenas, protelada pela postura reacionária e corrupta de segmentos da burguesia

nacional e dos quadros da burocracia estatal brasileira, podem se tornar um caso realmente sério para a Amazônia, na medida em que, mais uma vez, a manipulação fácil e insidiosa da cultura e das aspirações dos índios à soberania territorial da sua etnia e cultura pode vir a ser controlada pelas pressões desses grupos e organizações totalmente estranhos à nossa realidade social. Territórios como o dos Ianomamis, próximos a áreas fronteiriças, podem converter-se em sérios problemas de soberania territorial, mesmo porque essas ações nunca começam de modo agressivo, mas de modo hábil e manso – sorrateiro – em gradual escalada de endurecimento. Situações como essa podem, facilmente, transformar-se no degrau para o Estado-Tampão. Não que isso necessariamente esteja em curso. **Mas pode vir a estar.** Nós não podemos nos esquecer que o estilo do colonizador em relação aos índios sempre foi o da insídia, e que o colonizador mais competente sempre é o que sabe ser mais insidioso. A burguesia e a burocracia estatal brasileira, pelo seu caráter corrupto associado à sua postura reacionária, têm uma responsabilidade maior nesta situação.

Por outro lado, a burguesia regional é – como burguesia – muito mais articulada com as condições e a conjuntura do mercado mundial do que comprometida com as necessidades sociais da Região. Isto é, como burguesia, o seu projeto repousa sobre estratégias de lucro ligadas à exploração dos recursos naturais da Amazônia que, fatalmente, a levam à associação subordinada com os esquemas de exploração dela pelo capital internacional, e, pois, essa burguesia contribui, materialmente, com seus objetivos e projetos, à viabilidade de uma internacionalização progressiva e cada vez mais absoluta da economia regional, e, portanto, da Região, muito embora discorde exatamente o contrário, parecendo opor-se ao domínio da Amazônia pelo Imperialismo. A sua submissão a esse esquema seria reforçada e facilitada pela situação, cada vez mais asfixiante, provocada pelo endividamento externo, pelo uso da cobrança dessa dívida como argumento de fundo, pelas pressões em favor de uma “ecologia de mercado” e pela sua adesão fácil e geral – dada a sua identidade de princípios – aos projetos “ambientais” do Primeiro Mundo como forma de resolver as questões de intervenção no meio-ambiente.

O problema maior, portanto, está na necessidade de resistir, hoje, às intenções mascaradas por essa retórica falsa, que fala em salvar a Amazônia como meio-ambiente para melhor poder usá-la em favor da Acumulação. A história de todos os grandes países do Capitalismo inclui, em todos os casos, uma exacerbada destruição dos seus recursos naturais. Nenhum deles pode arguir uma preocupação que qualquer deles jamais teve com o seu meio-ambiente, para querer poder decretar a Amazônia patrimônio de uma humanidade que eles não podem se arrogar o direito de representar com exclusividade, o que lhes daria, em tese, o direito de repetir sobre ela, e de modo muito pior, a devastação que, aliás, já executaram em todos os ambientes naturais que exploraram para as finalidades da Acumulação. Os Estados Unidos – para falar em um dos territórios de dimensão continental entre o Primeiro Mundo – não tem condições de apresentar qualquer espaço que, a rigor, possa ser considerado como natural. É um território devassado, de ponta a ponta, pela penetração capitalista, e cujos parques nacionais, quando muito, são meros espaços, artificialmente organizados, de exposição da “Natureza”.

Assim, as boas intenções de um presidente americano que tenta censurar o Japão por forçar a construção de uma rodovia pela qual quer escoar um enorme estoque de recursos naturais estratégicos à sua crescente posição de hegemonia na célula imperialista não passa de mais uma variante desse tipo de simulação. O que determina esse tipo de atitude – isso sim – é a disputa, entre as duas maiores economias do Imperialismo, pela oportunidade de controlar a definição do papel produtivo da Amazônia do século XXI em seu próprio favor. E esse súbito e estranho romance com a preservação da Natureza, que se veste com as mais diversas e solertes roupagens, desde as declarações de amor ecológico dos membros da realeza britânica à candura das preocupações ambientais do presidente de um Estados Unidos e às insistentes promessas de recursos para criar “espaços de preservação” numa região que, na sua maior parte, pode ser mantida perenemente íntegra, se explorada pelo objetivo do bem-estar social, não podem senão colocar a nós, amazônidas, com um pé atrás ante tamanhos desprendimento e preocupação humanitária. O objetivo incondicional do lucro, que está na base delas, conflita, frontalmente, com o bem-estar social. E já deu sobejas provas históricas disso. O Terceiro Mundo, em si, é a maior e a mais universal de todas elas.

E o que a nossa terra sofreu, ao longo da sua história, também é uma prova, por si só, suficiente.

Dentro, pois, da realidade capitalista, a Amazônia sempre será objeto de saque. Os seus recursos naturais sempre estarão a serviço da redução dos custos do Capital, nas fronteiras desenvolvidas da sociedade capitalista, para atender o Lucro, motor da acumulação. E sendo assim, não pode haver proposta, da parte do Capitalismo, para um futuro íntegro da Amazônia. Só pode dar a ela este futuro uma sociedade equalitária, uma sociedade na qual sobressaia a importância do caráter humano, e das relações estáveis, de aproximação entre o Homem e a Natureza – e não a intenção pura e simples da pilhagem que acompanha a cobiça capitalista. Só o Socialismo, portanto, pode dar a ela esse futuro.

Isso envolve uma luta árdua. O Imperialismo a todo momento se refortalece, tentando evitar o naufrágio anunciado, e hoje, com um novo período cujas condições lhe favorecem, renova, temporariamente, as forças enormes com que conta, para manter propostas e intenções como essas. Mas existe o Terceiro Mundo. O Imperialismo não pode existir sem explorá-lo – e isso faz dele, do Terceiro Mundo, o grande reduto do Futuro. A reorganização política do Leste europeu e a crise da União Soviética vão determinar, de modo inevitável, a necessidade de que os países do Primeiro Mundo recrudescam, sobre os do Terceiro, essa exploração. E isso será, com certeza, a raiz de uma crise maior. É necessário, portanto, que nós nos demos conta disso. Negar ao Imperialismo as riquezas de que ele se nutre com a pilhagem dos explorados é acertar-lhe o calcanhar de Aquiles.

A cautela em relação a isso se baseia, hoje, nas repetidas declarações recentes dos representantes mais categorizados dos países imperialistas, que dão um tom interessante a essa má intenção armada de cara ingênua – a de que não são mais necessárias forças armadas bem armadas, nos países dominados. Claro. Quando havia a necessidade de combater o fantasma ideológico do Comunismo, o Imperialismo sempre armou – e muito bem – os militares que deveriam, dentro dos seus próprios países, servir de repressores avançados contra as aspirações libertárias dos seus próprios povos. Agora, que ele pode respirar livremente – e mais livremente, ainda, executar a exploração que o sustenta – é a hora de arredar do caminho os obstáculos, por menores que sejam, para que não haja a menor resistência à sua ação, o que envolve evitar a incômoda presença de forças armadas nacionais conscientes da missão de defender seus países. Aí, então, passa a ser sugerido que os militares do Terceiro Mundo passem a exercer outros papéis, neste jogo, desde os “humanitários” – como combater endemias, parte própria e indissolúvel do subdesenvolvimento – até os sujos, como servir de tropa de repressão ao narcotráfico.

Seria bom que as novas gerações de militares percebessem a quanto o jogo sujo do Imperialismo os relegou, quando faz sobre eles propostas como essas, que visam, mais uma vez, mantê-los como mera reserva, como cães-de-guarda chamados a intervir sempre que se fizer necessário anestesiar, amansar ou reprimir o povo. É preciso, pois, que os militares se libertem da mentalidade a que foram condicionadas as suas gerações anteriores, que tão bem serviram a esses propósitos, tendo sido convertidos em verdugos da sua própria gente.

Portanto, é preciso lutar em várias frentes, porque as sociedades exploradas, hoje, perderam um respaldo de fundo para as suas lutas libertárias. Nada, porém, lhes impede encontrar outros caminhos. E o início disso é a necessidade de vencer a enorme inércia da ignorância a que sociedades como a nossa foram relegadas pela miséria que a sua História lhes impôs. Mas a nossa maior riqueza é, justamente, essa miséria. Ela é o ponto de partida de um processo libertário que os amazônidas conscientes têm o dever de reconhecer como urgente, de empurrá-lo para diante, ajudando a evitar, através da resistência social, que a intenção que está aí se materialize num saque feroz, que pode comprometer irremediavelmente a Natureza, na Amazônia, antes que o Capitalismo morra. Essa luta política, a da criação da consciência, é básica, e a mais necessária para esse objetivo. Mesmo que contra todo o peso inercial da miséria e da ignorância. E de par com ela, o fortalecimento da resistência em to-

das as frentes, preparando um futuro socialista. Nós vamos enfrentar forças enormes. Mas este foi, também, o caso de outras sociedades que expulsaram de si a exploração capitalista, como os vietnamitas o fizeram.

A Amazônia não pode ser mais o patrimônio de um projeto equívoco, nem o espaço de rapina a que, até agora, a relegaram. Ela é, isso sim, um espaço para o Futuro, e o povo que nela nasceu e nela mora tem direito a fazer dela uma região rica, fértil e conservada, cuja maior riqueza seja não o Lucro – mas sobretudo a Paz.

Não se pode esquecer o exemplo dos cabanos. Eles mostraram que é possível sonhar com a Liberdade.

E, também, que ela só pode vir por nossas próprias mãos.